

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE AGRONOMIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL  
DO AMAPÁ- IFAP, CAMPUS MACAPÁ: UM ESTUDO SOBRE  
OS IMPACTOS DO CURSO DE ASSENTAMENTO DE  
CERÂMICA E PORCELANATO NA VIDA DAS EGRESSAS.**

**ARLENE DA SILVA GOMES**

**2014**





**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL DO  
AMAPÁ- IFAP, CAMPUS MACAPÁ: UM ESTUDO SOBRE OS  
IMPACTOS DO CURSO DE ASSENTAMENTO DE CERÂMICA E  
PORCELANATO NA VIDA DAS EGRESSAS.**

**ARLENE DA SILVA GOMES**

*Sob Orientação da Professora*

**Dr<sup>a</sup>. Nedda Garcia Rosa Mizuguchi**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola

Seropédica, RJ  
Setembro de 2014

378.0130981

16

G633p

T

Gomes, Arlene da Silva, 1987-

O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá - IFAP, *Campus Macapá*: um estudo sobre os impactos do curso de assentamento cerâmica e porcelanato na vida das egressas / Arlene da Silva Gomes - 2014.

60 f.: il.

Orientador: Nedda Garcia Rosa Mizuguchi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 52-57.

1. Ensino profissional - Instituto Federal do Amapá (Campus Macapá) - Teses. 2. Mulheres - Ensino profissional - Teses. 3. Integração social - Teses. 4. Exclusão social - Teses. I. Mizuguchi, Nedda Garcia Rosa, 1960-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ARLENE DA SILVA GOMES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Meio Ambiente e Educação.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Nedda Garcia Rosa Mizuguchi, Dr<sup>a</sup>. UFRRJ

---

Isabel Brasil Pereira, Dr<sup>a</sup>. UERJ

---

Lenício Gonçalves, Dr. UFRRJ

*“Mas em todas as coisas somos mais que vencedores,  
por aquele que nos amou.” (Bíblia Sagrada – Romanos 8:37)*

## AGRADECIMENTO

**Ao Deus** eterno doador da vida e inúmeras bênçãos sem medida, só me resta agradecer!!

**A minha mãe Antônia**, pelo amor, cuidado e ensinamentos ao longo de minha trajetória;

**Ao IFAP** pela oportunidade de ter crescido profissionalmente e hoje fazer parte da primeira turma de mestrandos pelo PPGEA/UFRRJ.

**Aos professores e gestores do IFAP**, na pessoa do Reitor pró-tempore Prof. Emanuel, Isabella, Prof. Kleniomar, Prof. Klessis, Prof<sup>ª</sup>. Marialva.

**As ex-alunas do Programa Mulheres Mil** participantes da pesquisa, as quais não mediram esforços para conclusão do curso e que hoje trilham por novos horizontes de vida.

**Aos Coordenadores do PPGEA** e demais professores do programa pela oportunidade de aquisição de novos conhecimentos e ótimos momentos de construção, descobertas, saídas para campo e entre outras atividades que contribuíram para a integração da turma e laços de amizade.

**A minha orientadora**, Prof. Nedda Garcia sempre disposta a orientar-me mostrando novos caminhos para ir além neste trabalho.

**Aos avaliadores da banca**, Prof<sup>ª</sup> Isabel e Prof<sup>º</sup> Lenício pelas valiosas contribuições neste trabalho.

**Aos colegas da turma 2012/2 do PPGEA** pelos momentos compartilhados de estudo, estágios e nos momentos de interação, valeu!!

**As queridas amigas do IFAP** que sempre estiveram dispostas a me encorajar com palavras de ânimo e apoio durante a pesquisa, em especial a Ana Augusta, Cristiane, Josi, Gláucia Gilceli, Gleiciane, Kellen, Suely, Lene e Lívia.

**A todas as pessoas** que me apoiaram durante momentos decisivos em minha vida profissional e conclusão desse mestrado, e aos que de forma direta e indiretamente contribuíram neste trabalho.

Meu obrigada!

## RESUMO

GOMES, Arlene da Silva. **O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá – IFAP, campus Macapá: um estudo sobre os impactos do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato na vida das egressas**. 2014. 60 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Esta dissertação se propôs a analisar a implantação do Programa Mulheres Mil no IFAP campus Macapá, enfocando seus objetivos, as expectativas e os resultados gerados na vida das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato ofertado no ano de 2012. Para tanto, o estudo abordou a importância do acesso à educação para o público feminino, situando a proposta do programa como política pública educacional de inclusão social; bem como apresenta a experiência e realidade desse trabalho em alguns Institutos Federais e as contribuições destes para a superação das desigualdades regionais. A pesquisa foi realizada nas dependências do IFAP, campus Macapá, no ano de 2013 tendo como público participante 30 egressas do referido curso. A técnica utilizada foi a de aplicação de questionário do tipo semiestruturado e a análise dos dados contemplou a abordagem descritiva, a qual permitiu identificar o perfil das ingressantes no curso, as percepções positivas com relação ao projeto e os impactos causados na vida das mesmas. Tais resultados revelam a necessidade de fomentar ainda mais iniciativas como estas que propiciam a formação profissional aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, bem como a importância de realizar avaliação contínua como forma de reformular e consolidar ainda mais esta política pública em nível nacional.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Mulheres Mil. Inclusão Social



## ABSTRACT

GOMES, Arlene da Silva. **Thousand Women in the Program Federal Institute of Amapá – IFAP Macapá Campus: A study on the impacts of course fixing of ceramic and porcelain in the life of grads.** 2014. 60 p. Dissertation (Master's degree in agricultural education), Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

This dissertation is proposed to analyze the implementation of the Thousand Women Program in a IFAP campus, focusing on your goals, expectations and results generated in the lives of the alumni of the course of ceramic tiles and porcelain tiles offered in 2012. Therefore, the study comes addressing the importance of access to education for the female audience, placing the proposed program as an educational public policy of social inclusion; and presents the experience and reality of working in some Federal Institutes and the contributions of these to overcome regional inequalities. The survey was conducted in the premises of IFAP campus Macapá, in 2013 with 30 participating public as grads of that course. The technique used was the application of the semi-structured type questionnaire, and data analysis included descriptive approach, which allowed us to identify the profile of entering students in the course, the positive perceptions regarding the project and the impacts on the lives of same. These results show the need to further encourage more initiatives like these that provide vocational training to individuals in situations of social vulnerability and the importance of carrying out continuous assessment to refine and further consolidate this public policy at national level.

**Keywords:** Vocational Education. Women Mil. Social inclusion

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACCC – Association of Canadian Community Colleges

ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CIDA –Canadian International Development Agency

CONIF - Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CNPM- Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPCT - Educação profissional, científica e tecnológica

ETF – Escolas Técnicas Federais

ETFAP – Escola Técnica Federal do Amapá

FIC – Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFAP –Instituto Federal do Amapá

IFB - Instituto Federal de Brasília

IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIPE – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para promoção da Equidade

PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil

PNPM- Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

PROEP –Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RAP- Reconhecimento da Aprendizagem Prévia

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SPM- Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01:</b> Localização do Estado do Amapá e do IFAP .....	15
<b>Figura 02:</b> Mapa de Localização do IFAP – Campus Macapá e do Bairro Brasil Novo. ....	28
<b>Figura 03:</b> Reunião na Associação de Mulheres do Bairro Brasil Novo – Macapá-AP .....	29
<b>Figura 04:</b> Processo de Inscrição das candidatas ao curso. ....	30
<b>Figura 05:</b> Quantitativo de mulheres por escolaridade e nº de filhos .....	31
<b>Figura 06:</b> Relação escolaridade e situação de trabalho .....	32
<b>Figura 07:</b> Relação situação de trabalho e recebimento de recurso assistencial .....	33
<b>Figura 08:</b> Responsável pela renda familiar .....	34
<b>Figura 09:</b> Aula Inaugural do 1º curso ofertado .....	35
<b>Figura 10:</b> Aulas práticas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato .....	37
<b>Figura 11:</b> Visita técnica a empresa Amapá Telhas .....	38
<b>Figura 12:</b> Idade em % das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato...39	
<b>Figura 13:</b> Grau de escolaridade das egressas (%). ....	40
<b>Figura 14:</b> Importância do Programa Mulheres Mil para as egressas .....	41
<b>Figura 15:</b> Avaliação do Programa Mulheres Mil pelas egressas do curso. ....	41
<b>Figura 16:</b> Níveis de satisfação de participar do Programa Mulheres Mil .....	42
<b>Figura 17:</b> Utilização da bolsa auxílio .....	43
<b>Figura 18:</b> Incentivos do Programa Mulheres Mil na vida das egressas .....	44
<b>Figura 19:</b> Realização de palestra sobre os direitos da mulher .....	45
<b>Figura 20:</b> Realidade de hoje das Mulheres .....	46
<b>Figura 21:</b> Inserção no mercado trabalho, 2013 .....	49

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1:</b> Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto .....	22
--	----

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>2</b>
	2.1. Objetivo Geral.....	2
	2.2. Objetivos Específicos.....	2
<b>3.</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>3</b>
	3.1. O processo da Exclusão Social das Mulheres.....	3
	3.2. Gênero e Políticas Afirmativas para as Mulheres .....	5
	3.3. Breve Histórico sobre a Formação Escolar da Mulher .....	8
	3.4. Contextualizando a Educação Profissional no Brasil .....	9
	3.4.1. O surgimento dos Institutos Federais e sua política de inclusão social. ....	11
	3.4.2. A implantação do Instituto Federal do Amapá - IFAP, campus Macapá. ....	15
	3.4.3. O Percurso histórico do Programa Nacional Mulheres Mil .....	17
	3.4.4. A Metodologia do Programa Mulheres Mil .....	20
	3.4.5. O Programa Mulheres Mil e os seus primeiros resultados em alguns Institutos Federais. ....	22
<b>4.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>26</b>
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>27</b>
	5.1. A Implantação do Programa Mulheres Mil no IFAP campus Macapá.....	27
	5.1.1. A escolha da Comunidade Beneficiária.....	27
	5.1.2. Do processo de sensibilização dos parceiros e de inscrição das candidatas.....	30
	5.1.3. Perfil socioeconômico das ingressantes do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato.....	30
	5.2. O Curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato .....	34
	5.2.1. A percepção das egressas sobre o Programa Mulheres Mil e o curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato.....	38
	5.2.2. Dos impactos do programa na vida pessoal e profissional das egressas .....	47
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>7.</b>	<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O progresso das mulheres no acesso à educação e ao mercado de trabalho no século XX e XXI foi uma de suas maiores conquistas, e mesmo com esse avanço é ainda evidente que ampla parcela da população feminina ainda se encontra excluída do sistema educacional e do processo produtivo por diversos fatores.

No contexto brasileiro, essa realidade aponta para a superação das desigualdades que há no nível educacional e de renda entre homens e mulheres, a fim de reparar o déficit histórico ao qual as mulheres foram submetidas, quando a estas não era dada a oportunidade de estudar e trabalhar, mas de apenas assumir as responsabilidades reprodutivas e domésticas sobre a qual a sociedade patriarcal se fundamentava (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

A fim de superar essas barreiras de acesso à educação e ao mercado de trabalho tem-se discutido em diversas conferências internacionais e nacionais a necessidade do enfoque de gênero na agenda das políticas públicas, como forma de garantir o atendimento aos direitos das mulheres em sua plenitude (ROSEMBERG, 2001).

Tomando por base o alcance das Metas do Milênio promulgadas pela ONU em 2000 e ratificada pelo Plano Brasil sem Miséria de 2011, diversas iniciativas governamentais têm sido executadas para a erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2012). Uma dessas iniciativas é o Programa Nacional Mulheres Mil.

O Programa Nacional Mulheres Mil, instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 do Ministério da Educação, faz parte de um conjunto de ações prioritárias do Plano Brasil sem Miséria, gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social visando à redução das desigualdades sociais e econômicas de populações marginalizadas. Nesse contexto, o governo brasileiro ao firmar parceria com o canadense inclui como meta o atendimento à mulher no âmbito da educação profissional por meio do Programa Mulheres Mil, um projeto que nos Institutos Federais acontece desde o ano de 2005 tendo por base uma metodologia sustentada nos seguintes eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, o programa busca oferecer o acesso gratuito às diversas mulheres em situação de vulnerabilidade social<sup>1</sup>, como forma de contribuir para a elevação da escolaridade, aumento de suas rendas, e também o acesso ao mercado de trabalho (BRASIL, 2012).

O programa tem por proposta aliar a educação profissionalizante ao trabalho, a fim de promover o crescimento humano e profissional de mulheres com idade acima de 18 anos, de baixa escolaridade, não inseridas no mercado de trabalho e moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (BRASIL, 2011).

Dispondo de diretrizes, metodologias e recursos financeiros próprios para atender e impactar ainda mais milhares de mulheres, o programa tem a intenção de oferecer oportunidades, por meio de suas ações de estímulo à elevação da escolaridade, resgate da autoestima, autonomia e de práticas empreendedoras. Dentro desse contexto, a proposta encontra-se voltada também para às temáticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, com vistas à potencialização da educanda no processo de formação humana e profissional (BRASIL, 2011).

Dessa forma, o Programa Mulheres Mil tem sido uma política pública importante de combate às desigualdades sociais, uma vez que a proposta atende os objetivos dos institutos federais, e por esse motivo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ao lançar o primeiro edital de chamada pública nº 01/2011

---

<sup>1</sup> Segundo Gomes e Pereira (2005, p. 359) “esse termo está relacionado principalmente à situação de pobreza, uma vez que as pessoas nessa condição constituem grupos em exclusão social, ou seja, excluídas das políticas sociais básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, alimentação).

para participação de 100 *campi* dos institutos federais de todo o país, buscaram consolidar tal proposta ao projeto de expansão da Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica – EPCT.

Nesta etapa, o Instituto Federal do Amapá – IFAP atende a referida chamada pública do MEC/ SETEC, e em 2012 inicia efetivamente as atividades do programa nos seus dois *campi*: Macapá e Laranjal do Jari, ofertando cursos de qualificação básica de modo a alcançar mudanças na qualidade de vida das mulheres.

Nessa perspectiva, considerando que o programa no IFAP campus Macapá tem desenvolvido suas atividades ao longo de dois anos e obtendo resultados objetivos e subjetivos na vida das participantes é que o presente estudo se propôs a apresentar o primeiro diagnóstico do Programa Mulheres Mil no campus Macapá, destacando o processo de implantação, parte de seus resultados e avaliação de suas ações pelo público atendido.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

- Analisar o impacto do “Programa Mulheres Mil” do IFAP Campus Macapá, a partir das impressões das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Registrar o processo de adesão e implantação do Programa Mulheres Mil no IFAP;
- Descrever o perfil das ingressantes do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato;
- Relatar como o programa foi vivenciado e avaliado pelas egressas do curso.



### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1. O processo da Exclusão Social das Mulheres

É notório que a maioria das mulheres tem dedicado a maior parte de suas vidas às tarefas da casa. Isso se deve porque historicamente esse espaço fora destinado a elas pela sociedade patriarcal do século XIX. E hoje, no século XXI percebemos o quanto esse modelo de sociedade ainda vem sustentando as relações sociais entre homens e mulheres com a divisão sexual do trabalho, que fora estabelecida no contexto de dominação em que aos homens se conferia as atividades da esfera produtiva e às mulheres à esfera reprodutiva (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse processo se instituiu que:

Os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais), tudo que é feito para o consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros. (NOBRE, 1998, p.17).

Desse modo, não se reconhecia o trabalho da mulher em casa como produtivo, por isso designava-se que “a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho” (NOBRE, 1998). Nessas condições de total submissão, as mulheres não exerciam atividades laborais fora de casa e nem tinham acesso à escolarização. Por outro lado, o homem era o único responsável pelo trabalho produtivo, provedor da casa, da família e da “sua mulher” (NOBRE, 1998).

Com o Código Civil de 1916 estabeleceu-se a subordinação da mulher à autoridade do pai e do marido, devendo esta ter autorização prévia de um e outro para ter alguma ocupação (NOBRE, 1998). Tal medida restringia-a ao ponto de não poder exercer sua autonomia em plenitude, uma vez que estava confinada ao poder patriarcal em sua vida particular.

Marcadas por uma forte exclusão social, a mulher não tinha direito ao acesso à educação, ao voto, à representação política e partidária. Em função disso, surgiram diversos movimentos sociais levantando a bandeira contra a toda forma de opressão e desvalorização da mulher (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Nesse contexto, temos a expansão dos movimentos feministas nos anos 70 do século XX, que possibilitou às mulheres terem mais voz na sociedade. Em outras palavras, suas reivindicações passaram a ser pauta de diversos planos, pactos e metas com vistas ao fortalecimento de seus direitos (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Com efeito, no final do século XIX com o avanço da industrialização surge um novo perfil de sociedade e as instituições sociais como a família e o Estado passam a exercer um novo papel (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Azevedo e Ferreira (2006) comentam sobre essa nova realidade.

A crescente intervenção do Estado na família, abalando o poder patriarcal, favoreceu a construção de uma esfera pública das mulheres nas cidades, transformadas pela industrialização acelerada, pela imigração crescente e pelo vertiginoso crescimento populacional. Ali se reestruturou a ordem familiar, permitindo a conquista de novas funções e papéis sociais femininos. Moviam-se as fronteiras da vida privada para a esfera pública, rompendo o isolamento do mundo doméstico no qual as mulheres eram confinadas (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p.06).

Ainda de acordo com os autores esse período foi marcado pela transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial do início do século XX. Um ponto fundamental a ser destacado de superação da condição da mulher foi o período após a I Guerra Mundial, quando as mulheres por força das circunstâncias buscaram um novo estilo de vida, o qual se baseou no estudo e trabalho, bem como no acesso aos espaços antes restritos aos homens.

No mundo moderno que o século XX inaugura, as mulheres passam a exercer várias funções que antes lhes eram vedadas. A partir dessas conquistas, é perceptível o quanto as mulheres evoluíram em suas características e comportamentos na sociedade (BARSTED; PITANGUY, 2011).

Sem dúvida, a mulher sempre exerceu um importante papel na sociedade e agora mais ainda, pois esta passou a contribuir diretamente para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da nação (BARSTED; PITANGUY, 2011).

É inegável que, no cenário do sistema capitalista as mulheres conquistaram muitos direitos, o que as levou também a ampliar seu nível de competitividade no mundo do trabalho. Por outro lado, é evidente que ainda há uma ampla parcela delas em situação de vulnerabilidade social, sem o mínimo acesso as políticas sociais básicas como saúde, educação e trabalho por conta da ausência do Estado.

Com isso, temos a fragilidade na família que é expressa no cenário de violência doméstica, problemas de saúde, trabalho informal, pobreza, entre outros (BRASIL, 2004, p. 27) que são consequências das desigualdades sociais acumuladas em nossa sociedade, e agora, tendo mais uma forma de representação que se apresenta nas relações sociais baseadas no gênero, raça e classe (ABRAMO, 2004).

No contexto de pobreza, Bandeira (2005, p.12) salienta que “a pobreza enfraquece a cidadania feminina e impede as mulheres de assumir ações políticas, interferências institucionais e legais para modificar sua condição. Também torna precária as possibilidades de romper com o ciclo intergeracional da pobreza”.

Ressalta Soares (2003) que a situação de pobreza sobre a qual muitas mulheres se encontram são reflexos da ausência de oportunidades de trabalho, de educação, saúde, participação política, de autonomia financeira e uma série de outras questões que faz com que este ciclo ainda perpetue em nossa sociedade.

Historicamente, isso se deve porque a mulher pouco exerceu sua autonomia além do que, havia muita restrição ao seu acesso aos espaços públicos e ao poder. Desse modo, as mulheres acabavam sem as mínimas condições de acesso ao mercado de trabalho, de continuar estudando ou até mesmo de exercer outras atividades, senão as relacionadas à vida doméstica (SOARES, 2003).

Ferreira e Leite (2001, p.91) afirmam que “devido à vulnerabilidade dos domicílios encabeçados por mulheres e o número de filhos, a pobreza predomina entre esse público”. Diante disso, é necessário cada vez mais a criação de políticas estratégicas para a redução da miséria a partir das políticas de intervenção, sendo estas então focadas nesse e em outros grupos vulneráveis.

E por isso observamos hoje uma série de medidas adotadas pelo governo federal dando ênfase nas políticas públicas de combate à pobreza, muitas delas voltadas ao público feminino com o objetivo de superar as desigualdades de classe e gênero. Contudo, tais propostas precisam avançar ainda mais no sentido da inclusão de gênero e da busca pela equidade entre homens e mulheres (MARIANO, 2003).

Dentro desse contexto faz-se necessário que as políticas educacionais estejam aliadas às políticas de combate à pobreza e de superação das desigualdades, como forma de contribuir para a emancipação social, política e econômica dos grupos vulneráveis, os quais vivenciam a

situação de massa sobrando, que em sua maioria são alvo de ações assistencialistas de cunho clientelista (BRABO; COSTA, 2008).

Ferreira e Leite (2001, p. 91), em seus estudos sobre os efeitos da expansão da educação na distribuição da renda e da pobreza no estado do Ceará, enfatizam que:

À medida que as mulheres adquiram educação e entrem na força de trabalho, as suas taxas de fecundidade caem, reduzindo o número de crianças por família. De fato, a participação na força de trabalho e as alterações demográficas surgidas da expansão educacional são responsáveis por cerca da metade do impacto geral na redução da pobreza.

É evidente o impacto social que a educação traz na vida das mulheres, todavia para o enfrentamento dessa realidade de pobreza, a ação do Estado deve ser voltada para a efetivação de políticas públicas que possam garantir o acesso aos recursos governamentais na forma de infraestrutura, saúde, educação, moradia, emprego, transporte público de forma satisfatória, para que assim esse público possa ter condições de exercer de fato sua cidadania plena enquanto cidadãos sujeitos de direitos, independentemente da situação trabalhista ou social que se encontram (TEIXEIRA, 2008).

### **3.2. Gênero e Políticas Afirmativas para as Mulheres**

Em face da necessidade de se estudar não apenas sobre a mulher, mas sobre mulheres no contexto das relações sociais de gênero, as pesquisas sobre a categoria começam a emergir no contexto acadêmico no final do século XX (HEILBORN; SORJ, 1999).

Nesse período as pesquisas e análises da categoria até então não apareciam, e diante do surgimento de novos atores para os quais as teorias totalizantes não eram suficientemente abrangentes, aparecem os estudos feministas trazendo a discussão sobre as relações sociais entre os sexos a partir da inclusão da categoria gênero nas análises históricas da década de 80 (HEILBORN; SORJ, 1999).

Scott (1991, p.19) registra também que "as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só aparecem no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX". Essa ausência apontada pelo autor está relacionada ao período em que a sociedade era organizada a partir das relações do poder patriarcal, e nesse contexto, as teorias totalizantes da época referiam-se apenas a essa realidade.

De acordo com Scott (1991).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as "construções sociais" – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (p. 7).

Tal construção social é expressa em nosso cotidiano de forma negativa, principalmente nas relações sociais e nos papéis sociais de homens e mulheres no âmbito doméstico e nas relações de trabalho, onde acontecem constantemente desigualdades e discriminações para com as mulheres (MORAES, 2005). Isso, sem falar na ideia que ainda persiste de que o trabalho da mulher não é visto como importante para a produção de riqueza, uma vez que sua atividade se restringe aos cuidados do lar e o homem em trabalhar fora de casa (CASTRO, 1992).

Na busca de reverter este cenário, o movimento feminista vem atuando no sentido de garantir os direitos humanos das mulheres, seja na Constituição da República Federativa do Brasil quanto nos planos internacionais que discutem a causa da mulher. Essa luta pelos direitos de cidadania objetiva superar o período da história do país em que a mulher e outros grupos de pessoas eram desprovidos de ter sua própria autonomia, por ser considerada como um ser incapaz (BRABO; COSTA, 2008).

A fim de se estabelecer a igualdade entre os sexos foi que se previu na Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo I art. 5º a garantia de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988). Como se vê, no plano jurídico tem-se a garantia, agora urge a necessidade de efetivar na prática, principalmente quando a questão são os papéis sociais que cada um tem representado na sociedade.

No plano internacional temos que a partir da IV Conferência Mundial das Mulheres (ONU, 1995), a temática de gênero passou a ser agenda prioritária de programas específicos de promoção de igualdade entre homens e mulheres. O que significou no caso brasileiro um avanço na formalização de acordos financeiros para a implementação de políticas e programas voltados ao atendimento à mulher.

Foi no governo do presidente Lula que as conquistas das mulheres começaram a sair do papel, quando em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, vinculada à Presidência da República e com status de Ministério, com atribuição de formular, coordenar, e articular com outros ministérios políticas que promovam a igualdade, e também atuar no sentido de fomentar a criação de coordenadorias ou secretarias de políticas para as mulheres no âmbito estadual e municipal.

Após este passo importante, em 2004, temos a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ( I CNPM) que teve por objetivo a construção do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, norteia as metas e ações do governo para a formulação e implementação de políticas públicas para as mulheres, o qual dispõe dos seguintes eixos de atuação: igualdade e o respeito a diversidade; equidade; autonomia das mulheres; laicidade do Estado; universalidade das políticas; justiça social; transparência dos atos públicos e participação e controle social. O plano que teve por vigência três anos (2005 a 2007) foi elaborado por representantes eleitos nas conferências estaduais e municipais (BRASIL, 2004).

Um dos ganhos significativos que houve nesse período de vigência do plano foi a criação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em 2005, de abrangência nacional que tem por objetivo orientar as mulheres em situação de risco e de violência, sobre seus direitos e onde buscar ajuda. Através deste serviço é possível auxiliar no monitoramento da rede de atenção à mulher em todo o país.

Além deste instrumento significativo para a proteção da mulher, temos a instituição da Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como servir de referência na criação de políticas públicas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação contra estas.

Já na realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2008, a construção do II PNPM (2009-2011) voltou-se para as áreas estratégicas de atuação da SPM em articulação com diversos Ministérios como o de Turismo, Trabalho, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação e outros, visando dessa forma alcançar os objetivos propostos para o fortalecimento da política.

Uma importante ação da SPM foi a criação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, que conta com a participação de representantes da sociedade civil, gestores e trabalhadores; e do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que busca atender aos eixos do plano: Fomento ao Empreendedorismo, Trabalho e Ocupação. Tal programa tem como proposta contribuir para a integração de políticas sociais e econômicas (BRASIL, 2008).

Outra iniciativa foi a instituição do Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, em 2009, visando a atender o II PNPM nos eixos: Autonomia, economia e igualdade no mundo do trabalho com inclusão social. Já em 2010 é lançado o Programa Construindo autonomia na construção civil, cujo propósito visa fortalecer as ações no eixo: Autonomia, Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com inclusão social, com vistas a atender as mulheres que estão ingressando na área da construção civil, promovendo ações que vão desde o acesso ao mercado de trabalho, assistência técnica, acesso ao crédito, apoio ao empreendedorismo, cooperativismo e outros (BRASIL, 2010).

Mesmo com tais avanços no âmbito das políticas governamentais, observamos nos dias atuais que o papel dado à mulher na estrutura familiar continua ainda a ser o mesmo, pois quando se fala do cuidado das crianças, idosos ou pessoas doentes é comum recorrer sempre nessas circunstâncias as mulheres para orientação e resolução do caso (FREITAS *et al*, 2013). Além do que tal papel ampliou-se por conta de muitas delas terem que assumir a chefia familiar, por serem as únicas provedoras da casa.

Essa condição se deve por conta da imposição desse papel à mulher ao longo dos tempos, em assumir toda a responsabilidade do cuidado e das tarefas domésticas como a guardiã do lar (FREITAS *et al*, 2013). Mesmo reconhecendo o progresso obtido pelas mulheres na sociedade, o Estado ainda atribui à mulher a responsabilidade do cuidado, principalmente por representar a figura materna. O que constitui um dos critérios na definição de suas políticas sociais, principalmente as de transferência de renda, que são dirigidas para esse perfil de família (FREITAS *et al*, 2013, p. 31).

Diante disso, é necessário que as desigualdades de gênero sejam combatidas também dentro do aparelho do Estado, no sentido de que este exerça seu papel de forma a contemplar todas as categorias sociais, fortalecendo as lutas das mulheres e também formulando e executando as políticas sociais necessárias para reconhecer as diferenças e desmistificar os papéis estereotipados de ambos os sexos (SILVEIRA, 2003).

Para superar essa perspectiva, é necessário incluir a mulher na agenda política enquanto sujeitas de direito, para isso Silveira (2003) propõe que:

Resgatar as mulheres como sujeitas das políticas implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis federal, estadual e municipal em interlocutores válidos para construir a pauta política e articulados iguais das políticas públicas prioritárias (p. 68 – 69).

A partir dessa compreensão, é possível reverter o cenário atual dos papéis relacionados à questão de gênero não somente na esfera da vida doméstica, mas sim nos outros espaços sociais em que se precisa muito avançar para conquistar a tão almejada igualdade de gênero.

[...] para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõe-se prática de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raça e etnia, entre mulheres e homens, etc. (SILVEIRA, 2003, p.66).

Atuando dessa forma o Estado possibilita condições para que se torne real a perspectiva de inclusão de gênero. Nesse cenário, é preciso que haja também a participação dos movimentos

sociais e da sociedade civil organizada a fim de vindicar a execução das políticas públicas de forma mais abrangente (MARIANO, 2003).

### **3.3. Breve Histórico sobre a Formação Escolar da Mulher**

Historicamente, a educação brasileira foi construída com base em dogmas religiosos e princípios morais (AMORIM, 2009). Nesse contexto, ocorria a exclusão de grupos minoritários do sistema educacional, principalmente de mulheres, crianças e negros. No que se refere à educação formal da mulher esta era restrita à prática de “boas maneiras e prendas domésticas” (AMORIM, 2009, p.3), isso porque, na época colonial a mulher era vista apenas como uma moça de família, com suas características peculiares de ser dócil, gentil, submissa e uma boa mãe a qual dedicava toda sua vida ao casamento.

Nesse contexto, sua educação voltava-se aos cuidados domésticos que eram repassados pelas escolas dos conventos femininos da Igreja Católica, era nesse espaço que elas recebiam uma educação, mas de modo informal (SILVA; CARVALHO, 2003).

Com efeito, por muitos anos prevaleceu o ensino de práticas voltadas para a formação doméstica da mulher nos conventos, uma vez que não havia escolas destinadas ao ensino formal que atendesse ao público feminino.

Foi no Regime Imperial, período este em que ocorre a expansão do capitalismo industrial, que a escola passou a abrir as portas para alfabetizar as mulheres, isso por conta das mudanças estruturais que o novo modo de produção trouxe para a sociedade da época (AMORIM, 2009).

Desse modo, havia um objetivo para com esse público como salienta Amorim (2009) “com a intenção de dar satisfação à sociedade, foi que as mulheres alcançaram o direito de obter educação formal, através do sistema educacional para assim vim cumprir a nobre missão, de reprodutora dos valores sociais” (AMORIM, 2009, p.3).

De acordo com Manoel (1996, p.23) apud Silva e Carvalho (2003, p. 392), o governo imperial através do decreto de 15 de outubro de 1827 “estabeleceu um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrinas católicas e prendas domésticas”.

Assim, a mulher era preparada para atividades do lar, e por conta disso, foi que se estabeleceram vários estereótipos para a figura feminina, ao mesmo tempo, havia uma grande diferença entre homens e mulheres na sociedade no que tange a escolaridade, participação política e renda salarial. Cabe registrar que as mulheres vindas das famílias nobres tinham acesso a uma educação mais ampla, onde se valorizava a cultura e também a formação para o lar.

As filhas das famílias nobres poderiam ter uma educação muito mais ampla, mesmo que voltadas para o lar, considerando que já garantiam através da herança dos pais o meio de sobrevivência. Quanto às mulheres das camadas baixas, necessitavam elas de um casamento, como meio para garantir a sobrevivência. Caso não encontrasse um esposo, teriam que trabalhar para garantir o seu sustento (SILVA; CARVALHO, 2003, p. 393).

Esta visão perpetuou por muitas décadas, uma vez que era necessário manter a supremacia masculina sobre o gênero feminino para atender aos interesses do sistema político e religioso da época (SILVA; CARVALHO, 2003).

Silva e Carvalho (2003) referem ainda que foi a partir da Primeira República que se pensou na contribuição da mulher para o progresso social. Nesse período a sociedade apresentava altos índices de analfabetismo, dado negativo que repercutia no nível de desenvolvimento do país. Por conta disso, fez-se necessário a expansão do ensino primário gratuito e a laicidade do ensino, tais medidas possibilitaram um maior número de mulheres terem acesso à instrução.

Contudo, este acesso à educação só era possível às mulheres da classe mais nobre, já para as que não pertenciam a esta classe o ensino “[...] se resumia às prendas do lar e aprendizagem das primeiras letras” (SILVA; CARVALHO, 2003, p. 394). Outro ponto a destacar foi à abertura das escolas normais entre 1835 a 1880, voltadas para a formação de professores, inicialmente para a formação dos homens. Só posteriormente, começaram a profissionalizar a mulher através do magistério, o que significou para muitas um meio de sobrevivência.

A entrada da mulher para a Escola Normal está estritamente ligada à demanda do acesso primário, devido ao esforço pela democratização da cultura e pela preocupação com o alto índice de analfabetismo da população. As escolas primárias foram criadas com o intuito de sanar os problemas educacionais, criando possibilidades para o crescimento da necessidade de formação de professores nessas escolas normais, fazendo emergir as perspectivas das mulheres atuarem no setor educacional (SILVA; CARVALHO, 2003, p. 394-395).

Como vemos a integração da mulher à escola ocorreu nesse contexto, e isso não porque se reconhecia como direito, mas devido à necessidade de se atender a uma demanda eminentemente política da época.

Para que estivessem capacitadas a desempenhar seus novos papéis na “sociedade moderna”, as futuras gerações de mulheres deveriam receber na escola a socialização necessária para se tornarem “educadoras sociais”, isto é, mães, esposas e/ou trabalhadores preparados tanto para conduzirem a administração da vida doméstica, quanto para dirigir à educação escolar, a educação sanitária, à assistência social segundo preceitos técnicos científicos (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 29).

Destaca-se que a partir de então, a mulher começou a se capacitar para outras áreas fora do mundo doméstico, todavia, esta continuava em postos de trabalho inferior ao dos homens, e de certa forma continuando atender aos interesses da classe dominante a partir de sua força de trabalho (ALVES, 2006).

Por outro lado, temos ainda uma ampla parcela da população feminina com ocupação voltada para as atividades domésticas, uma vez que este ramo de trabalho não requer qualificação profissional formal para atuarem. A qualificação exigida, em princípio, elas já possuíam, sendo que nessa profissão encontramos o perfil de trabalhadoras com baixa escolaridade, pobres e negras. De acordo com Alves (2006), a maioria das trabalhadoras domésticas pertencia às regiões norte e nordeste do país, o que se deve às mudanças do cenário de adaptação da mulher rural para o convívio com ambiente doméstico urbano.

### **3.4. Contextualizando a Educação Profissional no Brasil**

A educação profissional teve seu marco no contexto das grandes transformações societárias do século XIX, momento este em que se inaugura um novo modo de organização do trabalho baseado no sistema de trocas de mercadorias, preconizado pelo modo de produção capitalista (MANFRENDI, 2003).

No Brasil, é no contexto da Primeira República que se instala as novas práticas para a educação profissional, com o objetivo de buscar dar mais racionalidade técnica as práticas de aprendizagem a fim de atender de forma satisfatória a sociedade industrial que se formava. Desse modo, superando as concepções assistencialista e compensatória, bem como católico-humanista do ensino profissional (MANFRENDI, 2003).

Com a criação do Colégio das Fábricas em 1809, pelo Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI passa-se a ofertar diversos ofícios para atender as demandas do mercado de trabalho. A princípio este modelo de educação profissional era de caráter assistencialista, pois se voltava para o amparo de crianças órfãs e abandonadas, que eram inseridas no ensino industrial (SOARES, 2003).

Finalmente no século XX se organiza a formação profissional voltada para a preparação de operários para o processo de industrialização e modernização do país, que se deu com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1910, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Organizou-se também nesse período, de acordo com a pesquisa de Soares (2003), o ensino agrícola para capacitar chefes de cultura, administradores e capatazes.

No caso específico das mulheres, foram criados nos anos 1909 os cursos de Economia Doméstica, sendo estes voltados para a formação técnico-profissional de moças. Nesse período o papel da escola voltava-se apenas para a formação das "futuras donas de casa" (OLIVEIRA, 2006, p. 81). O objetivo dessas escolas e cursos era qualificação de mão-de-obra com viés assistencialista, pois era destinada aos pobres e humildes, como forma de controle social deste segmento. Sob essa ótica, essas escolas eram instrumentos do governo para implantar uma política de educação moral – assistencialista (MOURA, 2007).

Diante do crescimento industrial do país na década de 30 percebe-se a expansão das escolas públicas profissionalizantes para atender as demandas do capital industrial a partir da oferta de curso de formação técnica integrada ao ensino médio. É importante ressaltar que o modelo de educação brasileira atende a conjuntura política de cada época, sendo que neste período se vê uma política educacional vinculada às políticas de desenvolvimento econômico, atendendo assim não apenas as necessidades de crescimento do país, mas aos ditames do capital internacional, que foram expressos na política educacional brasileira (SOARES, 2003).

Com as transformações na estrutura econômica, política e social da década de 30 a escola passou a atuar na preparação de mão de obra necessária para atender as demandas do mercado de trabalho. Mesmo com o aumento expressivo de escolas profissionais oficiais, estas não estavam dando conta da formação de mão de obra especializada (MANFRENDI, 2002).

Por conta disso, criou-se um sistema paralelo ao oficial que fora organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais através da Confederação Nacional das Indústrias - CNI, sendo este ofertado por meio das escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI que surge em 1942 e o SENAC em 1943, com o objetivo de preparar aprendizes para os estabelecimentos industriais de forma mais rápida. Mesmo com essa alternativa de ensino, havia uma grande discussão na política educacional do Estado Novo, vez que se presenciava certa ambiguidade na relação do Estado com os setores privados (católicos, industriais, e latifundiários) (MANFREDI, 2002).

Segundo Manfredi (2002), no campo da formação profissional, o Estado como protagonista de planos e projetos reordenou o modelo da educação, desta vez com ação voltada para a formação do operário, atendendo assim as demandas do novo modo de organização do trabalho produtivo, que o sistema capitalista inaugurou.



Assim para atender aos ditames do capital, o Estado busca também através da educação mediatizar a correlação de forças entre o capital x trabalho, o trabalho assalariado e não assalariado, através de sua função reguladora que se materializa por meio da formulação e implementação de políticas sociais. Entende-se que as políticas sociais são ações voltadas a setores específicos da sociedade que são concretizadas por meio do projeto de governo (HOFLING, 2001).

Assim comenta Hofling (2001, p. 31).

As políticas públicas que são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados às políticas implementadas. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Por outro lado, no sistema atual observa-se que a ação do Estado tem sido voltada mais para atender a classe burguesa do que a trabalhadora, isso por conta dos interesses econômicos que sustentam a manutenção do sistema de acumulação capitalista (HOFLING, 2001).

Segundo ainda Hofling (2001) aos poucos o Estado vai deixando de ofertar um serviço público de qualidade a todos, para atender aos ditames do capital que são expressos na terceirização, filantropia, e outros modos de desvinculação da ação do Estado em sua função social, e dessa forma ele vem transferindo sua responsabilidade para a sociedade civil e outros organismos a atuação nesse âmbito.

#### **3.4.1. O surgimento dos Institutos Federais e sua política de inclusão social.**

Com a transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, a partir de 1942, a formação profissional passou a ser ofertada em nível equivalente à do ensino secundário, o que assegurava os alunos formados nos cursos técnicos a possibilidade de ingressar no ensino superior (MEC, 2008).

De acordo com Soares (2003, p.111) os documentos que norteiam a educação profissional apontam que está “aparece com um caráter complementar à educação básica de 1º e 2º grau e o foco é a empregabilidade”, entendida “não apenas como capacidade de obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação” (MTB/SEFOR, 1995, p. 7)”.

Como se pode observar, o ensino profissional voltava-se para suprir as demandas do mercado de trabalho que estava em alta durante o período conhecido como do “Milagre Brasileiro”, durante o Regime militar, momento este em que houve intenso crescimento econômico no governo de Médici (1969 – 1973).

Diante dessas mudanças, em 1959 as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias vinculadas à esfera federal, com prerrogativas de autonomia didática e de gestão, sendo denominadas Escolas Técnicas Federais – ETFs com o perfil voltado para a área industrial por meio da oferta de cursos nas áreas da Mecânica, Eletrotécnica, Mineração, Geologia, Edificações e outros (MOURA, 2007).

Com a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de nº 5.692/71, torna-se obrigatória a profissionalização no 2º grau, para atender com urgência a necessidade do desenvolvimento do país. Nesse contexto, se registra a implantação de novos cursos técnicos e a transformação em 1978 de três escolas técnicas federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica -CEFET, cuja função seria de formar engenheiros de operação e tecnólogos para o mundo produtivo da época (MEC, 2008).

Destaca-se que foi no governo militar que ocorreu a reforma do ensino fundamental e médio através da Lei nº 5.692/71, a qual defendia a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário.

A partir de então se estabeleceu a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos, contudo, esta lei não vingou por conta das condições e desafios que tinha o ensino público de 2º grau, uma vez que este era alicerçado na visão dual de educação geral e formação profissional (MORAES, 2005).

É importante salientar que essa ideia de profissionalização universal e compulsória ocorreu em um momento em que o país objetivava participar da economia internacional e, neste sentido, delegou (entre outras coisas) ao sistema educacional a atribuição de preparar recursos humanos para a absorção pelo mercado de trabalho (MORAES, 2005, p.105).

Com o advento da globalização, na década de 80, instalaram-se novos processos produtivos que demandavam conhecimento nas áreas da informática, microeletrônica, telecomunicações e entre outros, para o fortalecimento da economia mundial (MEC, 2008).

Paralelamente, havia a preocupação em garantir “a formação de técnicos em grande escala” (MEC, 2008, p.15). Destaca-se que a partir da década de 90 havia uma discussão em torno do modelo da pedagogia de formação nas instituições federais para atender essas mudanças, cujo objetivo era de “alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário, com destaque para aquele que demarcava as demandas sociais locais e regionais” (MEC, 2008, p. 15).

Nesse cenário, cria-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica instituída através da Lei Federal nº 8.948/94, para ser responsável pela transformação das 19 escolas técnicas federais em CEFET e a integração das 37 escolas agrotécnicas federais distribuídas por todo o país (SOARES, 2003; MORAES, 2005).

Através dessas mudanças as escolas técnicas ampliaram ao longo dos anos a oferta dos cursos técnicos de nível médio (de três a quatro anos), sendo oferecidos cursos pós-médios e de profissionalização. Para os que concluíram o ensino médio, havia a opção de se fazer somente a parte profissional. Já ao público de jovens e adultos que não concluíram o ensino médio, era oferecido curso de capacitação de curta duração visando sua reinserção profissional (SOARES, 2003).

Com a Lei nº 9.394/96 que inaugura a nova LDB, a educação profissional é tratada no Capítulo III artigos 39 a 42. A partir do Decreto 2.208/97 que regulamentou os referidos artigos se definiu como uma de suas funções: “qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade para sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho” (SOARES, 2003).

Por essas características a oferta de educação profissional volta-se para o desenvolvimento tecnológico, atendendo assim as novas configurações do mercado de trabalho. Por conta disso, são editadas novas medidas para a oferta da educação profissional e tecnológica, a fim de atender as demandas econômicas e sociais do país (SOARES, 2003).

O Decreto 2.208/97, de 17 de abril de 1997 estabeleceu os três níveis nos quais a educação profissional poderia ser desenvolvida:

**1) básico:** que se destina à qualificação e reprofissionalização e atualização de trabalhadores, sem exigência de escolaridade prévia e de regulamentação curricular, e é considerada uma modalidade de educação não formal, com duração variável, conferindo um certificado de qualificação profissional.

**2) técnico:** voltado para habilitação profissional de alunos matriculados no ensino

médio técnico, ou de forma, concomitante, se a instituição oferecer esse nível de formação técnica,

**3) tecnológico:** compreende a formação em nível superior para atender diversos setores da economia, sendo este destinado aos egressos do ensino médio ou técnico o qual confere certificado de tecnólogo.

Cabe ressaltar que essa reestruturação do ensino profissional que vem sendo assegurada, deve-se por conta dos programas de financiamento que deram sustentação ao projeto de reforma educacional e implantação dos novos CEFETs. Nessa perspectiva, atendendo os interesses do mercado e organismos internacionais, o governo de Fernando Henrique Cardoso firmou parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a fim de implantar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) por meio da Portaria MEC nº 1.005, de 10 de setembro de 1997 (MEC, 2008).

De acordo com MOURA (2007, p. 10), esse programa teria por papel “reestruturar a Rede desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional”. Em outras palavras, a proposta do PROEP apontava para uma reforma da educação profissional cuja meta de implantação era pelo prazo de quatro anos.

Com o Decreto nº 5.154/04 houve um novo norteamento da educação profissional e tecnológica no que tange a reestruturação e organização curricular, pedagógica e nas ofertas dos cursos técnicos da rede federal de educação tecnológica, propostas pelo governo federal (MEC, 2008).

Soares (2003, p. 201) enfatiza a partir do documento do Partido dos Trabalhadores - PT publicado no ano de 2002, os eixos norteadores da atuação do governo para com a educação profissional tecnológica:

A implementação de uma política nacional de educação profissional, priorizando a alfabetização, a elevação da escolaridade e a formação profissional de 65 milhões de jovens e adultos, especialmente desempregados, chefes de família, mulheres, jovens em busca do primeiro emprego e em situação de risco social, portadores de deficiência e membros de etnias que sofrem discriminação social. Indica dentre as providências a serem tomadas para atingir a esses objetivos a constituição de uma rede pública de educação profissional, incluindo a criação de Centros Públicos de Formação Profissional, a articulação da política nacional de formação profissional com a política nacional de geração de emprego, trabalho e renda, com ênfase na promoção da economia solidária e de micro, pequenos e médios empreendimentos sustentáveis, e o fortalecimento da rede de escolas técnicas federais e CEFETs, disponibilizando-lhes recursos humanos e materiais adequados.

Visando essa responsabilidade social do governo, a partir do ano de 2003, as instituições federais de educação profissional e tecnológica participam do projeto maior que é o da qualidade social do fazer pedagógico como aponta os princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (MEC, 2008).

Vale ressaltar que foi no governo do PT que ocorreu o crescimento expressivo dos CEFETs em todo o país, isso em decorrência da necessidade do desenvolvimento territorial a nível local, como previsto no slogan “uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC, 2008, p. 17) objetivo este da segunda fase de expansão, iniciada em 2007.

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os CEFETs, são transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o qual representa a materialização do novo projeto de nação, com maior destaque para o desenvolvimento local e regional (MEC, 2008).

A partir dessa visão, tem-se a implantação de novas unidades de ensino e consequentemente mais vagas ofertadas como previsto no plano de expansão. A partir da implantação de 150 novas unidades de ensino, criam-se 180 mil vagas. A partir de então, “projeta-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matriculas até 2010” (MEC, 2008, p.17).

Seguindo a mesma política de governo iniciada em 2003 com Lula, a presidenta Dilma Rousseff, a partir de 2011, dá continuação à terceira fase de expansão da educação profissional no país, sendo que um diferencial do seu governo é a ênfase dada nos programas sociais articulados à política da rede de educação profissional, científica e tecnológica – EPCT do Ministério da Educação, por meio dos Programas Mulheres Mil, PRONATEC, CERTIFIC, entre outros (CONIF, 2013).

Como se vê, os institutos federais vêm inovando na educação profissional a partir de programas como estes que visam ir além da qualificação para o mercado de trabalho, ultrapassando as barreiras do acesso à educação profissional, a cultura e a ciência. Segundo o MEC, os institutos federais têm cumprido seu papel para com a sociedade na perspectiva da emancipação humana, uma vez que sua concepção aponta para isso.

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (MEC, 2008, p.23).

Nessa perspectiva, para o Governo Federal, os institutos federais em sua política educacional de inclusão têm o compromisso com a inserção cidadã de milhões de brasileiros, por meio da oferta de cursos básicos, técnicos e tecnológicos. Ao primar pela construção do conhecimento sua proposta objetiva consolidar o desenvolvimento local e regional de forma sustentável atuando com a colaboração da comunidade local, estudantil e do poder público, como estratégia para a transformação social (MEC, 2008).

De acordo com Xavier *et al* (2013), para que os institutos federais alcancem seus fins, é preciso que as ações de ensino, pesquisa e extensão estejam sempre articuladas em suas práticas pedagógicas, para atendimento de suas diversas demandas, o que inclui atender diferentes públicos de educandos.

E um dos eixos que a Rede de Educação Profissional e Tecnológica - EPCT vem consolidando em sua política de inserção social é o da extensão, dado seu caráter educativo, de integração com instituições e mundo do trabalho (XAVIER *et al*, 2013).

Registra-se que ao longo dos 100 anos de história da Rede EPCT, diversos parâmetros foram definidos para as ações acadêmicas de extensão a partir das áreas: Desenvolvimento Tecnológico, Projetos Sociais, Estágio e Emprego, Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada, entre outros (XAVIER *et al*, 2013).

Com relação aos Projetos Sociais<sup>2</sup> executados na Rede EPCT, cabe assinalar que estes além de articular políticas públicas de inclusão vêm possibilitando a geração de emprego e renda aos trabalhadores. Em sua linha de atuação possibilitam a estes a oportunidade do conhecimento científico e tecnológico, além do resgate da autonomia e o exercício de práticas empreendedoras (XAVIER *et al*, 2013).

Na atualidade percebemos que muitos dos projetos sociais implantados na Rede EPCT

---

<sup>2</sup> Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações etno-raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida (XAVIER *et al*, 2013, p. 16).

estão voltados aos diversos públicos, como: beneficiários de programas sociais do governo, jovens, trabalhadores no seguro desemprego, pessoas com necessidades específicas, mulheres, população afrodescendente, entre outros (XAVIER *et al*, 2013).

Tal avanço se deve ao novo paradigma de Educação Profissional e Tecnológica que vem desmistificando práticas preconceituosas engendradas, dando assim nova roupagem no que tange à orientação do indivíduo não apenas ao mundo do trabalho, mas ao exercício pleno de sua cidadania (XAVIER *et al*, 2013).

Para isto a que se considerar que:

Os processos de educação e de formação profissional são extremamente importantes na elaboração de diretrizes, procedimentos e práticas pedagógicas que desmitifiquem a concepção preconceituosa de gênero e raça, possibilitando formulação e implementação de políticas públicas, capazes de erradicar as diversas maneiras de discriminação contra homens e mulheres das diferentes raças e etnias (MORAES, 2005, p. 17).

Percebemos que esse ideal referido por Moraes (2005) vem sendo concretizado no âmbito das políticas educacionais no cenário atual do século XXI, onde se vê uma série de políticas educacionais e programas governamentais de qualificação profissional que possibilitam a inclusão dos diferentes públicos que outrora não eram valorizados pelo poder público, como foi no caso das mulheres.

#### 3.4.2. A implantação do Instituto Federal do Amapá - IFAP, campus Macapá.



**Figura 01:** Localização do Estado do Amapá e do IFAP

Fonte: Adaptação da autora, 2014

No decorrer dos mais de cem anos da rede de educação tecnológica federal, o Estado do Amapá não estava inserido no contexto da formação profissional técnica. A partir de 2007 na segunda fase de expansão da rede federal em todo o território nacional foi que o Estado Amapaense foi contemplado com a implantação de unidades de ensino para a oferta de educação superior, básica e profissional à comunidade (BRASIL, 2012).

A partir de então, o Instituto Federal do Amapá tem sua gênese na criação da antiga Escola Técnica Federal do Amapá- ETFAP, instituída pela Lei nº 11.534/2007, sendo que esta existia apenas nos documentos, não enquanto instituição de ensino em pleno funcionamento. Para assumir o cargo de Diretor Geral *Pró- Tempore* foi nomeado o professor Emanuel Alves

Moura (BRASIL, 2012).

Com o advento da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então a EFTAP transforma-se em IFAP uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação que dispõe de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2012).

Assim, o diretor geral é nomeado a reitor Pró-Tempore, pela Portaria MEC 021/2009, de 07 de janeiro de 2009 para dar continuidade ao processo de implantação do IFAP contemplado nessa primeira etapa de expansão da rede federal com dois campi um na capital Macapá e o outro no município de Laranjal do Jari, que fica a 273 Km distante da sede (BRASIL, 2012).

Caracterizada como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, o IFAP tem os seguintes objetivos instituídos na Lei 11.892/2008 em seu art.7 em especial os incisos I, II e IV que asseguram:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (BRASIL, 2008).

Como se observa o papel dos Institutos Federais no Brasil responde não apenas à necessidade da institucionalização da educação profissional e tecnológica como política pública, pois traz, além disso, o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento local da região em que é inserido (MEC, 2008, p. 23).

Com essa finalidade o IFAP passa a oferecer diversos cursos na modalidade integrada, subsequente, PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), Licenciaturas e os cursos Fic's. O que de acordo com Moura (2010) a escolha dos cursos foi pensada na perspectiva de poder atender os arranjos produtivos do Estado.

Em 2010, iniciam-se as atividades a nível didático e pedagógico da mais nova autarquia educacional federal do Amapá, em seus respectivos Campus Macapá e Laranjal do Jarí. O processo de seleção dos alunos ocorreu através de provas, sendo voltados para os concluintes do ensino médio, os candidatos concorriam às 40 vagas de cada curso da modalidade subsequente nas áreas de Informática e Edificações no campus Macapá e de Secretariado e Secretariado Escolar no Laranjal do Jarí (IFAP, 2012).

Quanto à equipe do campus Macapá esta era composta no início por pouco mais de quinze servidores técnicos administrativos entre eles: assistentes administrativos, assistentes de alunos, assistente social, pedagogos, psicóloga, analista de sistemas e técnico de informática e docentes, que foram aprovados em concurso público realizado no mês de maio de 2010 pelo Instituto Federal do Pará (IFPA, 2010). Em nível administrativo e pedagógico do campus Macapá o reitor pro-tempore nomeia o professor Klenilmar Lopes Dias, para a Direção Geral, e a pedagoga Isabela Abreu Carvalho como diretora de ensino (BRASIL, 2010).

Por conta do atraso da obra do campus Macapá, o campus iniciou suas atividades na Escola Estadual Darcy Ribeiro, localizada no Bairro Novo Horizonte, Zona Norte de Macapá,

mais especificamente em uma área conhecida e denominada pelos moradores do local como “lago da vaca”. O acesso a esta escola era difícil, pois não havia transporte público o suficiente para o deslocamento de alunos e servidores ao local de funcionamento do campus, isso sem falar na falta de iluminação pública durante o período noturno. Em decorrência disso, fez-se necessário a presença do patrulhamento escolar para dar segurança a comunidade escolar (IFAP, 2012).

Mesmo com essa precariedade dos serviços públicos naquela região, o IFAP chamava bastante atenção dos moradores da comunidade com sua proposta de ensino. O campus funcionou neste local pelo período de agosto a setembro de 2010 com as atividades administrativas e pedagógicas nos turnos matutino e vespertino e as atividades didáticas e pedagógicas no turno noturno com dois cursos técnicos na modalidade subsequente em Informática e Edificações, atendendo o público de 160 alunos regularmente matriculados.

No final de 2010 foi lançado o primeiro processo seletivo para candidatos concluintes do ensino fundamental na modalidade técnico integrado com duração de quatro anos nos cursos de Alimentos, Edificações, Redes de Computadores e Mineração. Para comportar um número mais elevado de alunos o IFAP firmou parceria novamente com o Governo do Estado, no qual este cedeu as dependências do Centro Técnico de Formação do Estado do Amapá Professora Graziela Reis de Souza, localizado no centro da cidade para o funcionamento do campus Macapá. Nesse ano o campus já expressava sua identidade na formação técnica profissional no Estado do Amapá, com aproximadamente 400 alunos, além da formação de professores ofertada no segundo semestre de 2011 pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR (BRASIL, 2012).

Em março de 2012 o IFAP campus Macapá dá início a mais um ano letivo já em sua sede definida que está localizada na Zona Norte da capital especificamente no bairro Brasil Novo. A escolha do local de implantação do campus se deu por meio de audiências públicas realizadas no período de criação do IFAP, por conta da necessidade de levar uma educação de qualidade para a população dos bairros desassistidos pelo poder público e já prevendo o desenvolvimento da região que compreende os bairros adjacentes Amazonas, loteamento Açaí, Liberdade, Palmares, Ilha Mirim entre outros que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (IFAP, 2011).

Além desses bairros, a proposta do IFAP de educação pública de qualidade vem atraindo alunos do centro da cidade, do distrito da fazendinha e do município de Santana/AP. Assim, em seus pouco mais de três anos de existência o instituto vem a ofertar gradativamente a comunidade amapaense, cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico, superior, tecnológico, FIC e pós – graduação, dando assim oportunidades para a democratização do conhecimento ao primar por uma formação voltada para o desenvolvimento local, regional e nacional (IFAP, 2012).

### **3.4.3. O Percurso histórico do Programa Nacional Mulheres Mil**

O Programa Mulheres Mil teve seu início em um projeto piloto realizado em 2003/2004 no CEFET do Rio Grande do Norte, em parceria com os *colleges* do governo Canadense. Com o viés voltado para a promoção da equidade, inclusão social e acesso ao mundo do trabalho, o projeto tinha como proposta dar acesso à educação profissional de qualidade ao público feminino de comunidades vulneráveis, através de cursos de qualificação básica.

A princípio, o programa teve as ações financiadas e executadas a partir da Cooperação Internacional firmada entre o Brasil e Canadá, visando à Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para promoção da Equidade (PIPE). Da parte do Brasil, ocorreu pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Educação através da Secretaria de Educação

Profissional e Tecnológica (SETEC), e a Rede Norte-Nordeste de Educação Tecnológica. Da parte do Canadá, ocorreu pelos organismos Canadian International Development Agency (CIDA) Association of Canadian Community Colleges (ACCC) e os Colleges Canadenses (BRASIL, 2012).

Os primeiros projetos de extensão ofertados foram na área de turismo. Para certificar as alunas do curso contou-se com a experiência dos *colleges* canadenses que há décadas utilizam o processo de Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RAP) desenvolvido para validar e certificar os conhecimentos acumulados no decorrer da vida (BRASIL, 2012).

Stela Rosa, uma das idealizadoras do projeto refere que na construção da proposta foi preciso “[...] respeitar as aprendizagens não formais e contribuir para a (re) descoberta de talentos foi uma questão chave na implantação do Mulheres Mil [...]” (STELA, 2008). Neste contexto a troca de conhecimentos e experiências dos *colleges* canadenses no Brasil serviu de base para a efetivação de uma nova metodologia adaptada à nossa realidade. Assim ficou conhecida como: Metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia-ARAP<sup>3</sup>.

Por conta da cooperação estabelecida, foi possível aos profissionais envolvidos adquirir novas aprendizagens, bem como possibilitar a inserção de centenas de mulheres em vulnerabilidade social no contexto escolar. Um dos pontos positivos do programa em seu início foi o sucesso da primeira turma que teve como concluintes 60 alunas do curso de turismo, que mesmo diante das dificuldades de voltar a estudar puderam vencer vários desafios. Outro ponto, foram as parcerias estabelecidas entre os dois governos, o que possibilitou a ampliação do projeto para outros CEFETs das regiões norte e nordeste (STELA, 2011).

A partir de 2007 o que era um pequeno projeto ganhou dimensão maior, abrangendo outros CEFETs como o do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. De acordo com Stela (2011), os primeiros cursos ofertados tinham como peculiaridades atender as habilidades das alunas e a vocação econômica da região, sendo estes de corte e costura, de governança (camareira), alimentos, cuidador domiciliar e artesanato.

No que se refere ao processo que elevou a proposta de projeto para programa nacional, isso ocorreu após um encontro de avaliação do projeto no Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, realizado em 2011. O evento teve a participação dos reitores dos IF’s de todo o país, representantes do MEC, gestores e as beneficiárias do programa. Na oportunidade foram apresentadas as atividades desenvolvidas pelo projeto Mulheres Mil, por meio de exposições fotográficas, feiras e apresentações culturais (BRAGA, 2011).

Com a repercussão obtida pelo projeto nos diversos institutos que aderiram à proposta, o evento foi a oportunidade para o Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CONIF consolidar a expansão das Mulheres Mil em toda a rede federal. Para isso o conselho assinou um termo transformando o projeto em Programa Nacional Mulheres Mil, tendo como instituição coordenadora a SETEC/MEC e um conjunto de instituições parceiras: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e o CONIF (BRASIL, 2012).

A partir dos avanços obtidos pelo programa foi possível ao longo dos anos a construção de uma nova política de inclusão social de acesso à educação profissional.

Além de apresentar impactos e desdobramentos que podem ser contabilizados em

---

<sup>3</sup> ARAP é um mecanismo desenvolvido pelos Community Colleges do Canadá para promoção do acesso de pessoas desfavorecidas que não completaram a educação formal (STELA, 2011).



números ao implantar o Mulheres Mil, as instituições construíram ferramentas de visibilidade e acesso para um público que há décadas sequer ousava atravessar o portão de entrada de um IF. Por isso, mais do que um projeto, essa ação representou o comprometimento com a inclusão social e, conseqüentemente, contribuiu para a construção de um país mais justo e igualitário [...] (STELA, 2011, p. 10).

Considerando tais resultados e a importância de se instituir a proposta do Programa Mulheres Mil em toda Rede EPCT, o Ministério da Educação estabelece a Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 regulamentando suas diretrizes:

- I- Possibilitar o acesso à educação;
- II- Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas das mulheres;
- III- Promover a inclusão social;
- IV- Defender a igualdade de gênero;
- V- Combater a violência contra a mulher.

Assim, o Programa Mulheres Mil, como política afirmativa de inclusão e promoção da equidade, busca atender o seu público em situação de vulnerabilidade social a partir de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos, a fim de promover o sucesso no processo de acesso, permanência e êxito das beneficiárias (BRASIL, 2012).

De acordo com Stela (2011), o programa busca levar a educação feminina com o foco na cidadania, mundo do trabalho e desenvolvimento sustentável. Além disso, passa a integrar um conjunto de ações de combate à miséria, estabelecido no Plano Brasil sem Miséria de 2011, que visa o alcance das Metas do Milênio promulgadas pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2000 que são dentre outros: erradicação da extrema pobreza e da fome, promoção da igualdade entre os sexos, autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2012).

Por fazer parte de um plano de políticas públicas voltados para a promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate a violência contra a mulher e acesso a educação, as ações do programa encontram-se articuladas às temáticas de igualdade de gênero, de equidade, de inclusão no mundo do trabalho, de combate à violência, entre outras, com vistas à potencialização da educanda no processo de formação humana e profissional (BRASIL, 2011).

O Programa Mulheres Mil norteia-se por diretrizes operacionais e pedagógicas apresentadas nos Documentos Base (MEC, 2011) tendo como principais objetivos:

Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade; Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional; Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade (MEC, 2011).

Estruturado nos eixos Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável o programa vem possibilitando a inclusão de milhares de mulheres, através de suas ações de resgate da autoestima, fortalecimento da autonomia, empoderamento e criação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A partir dessa iniciativa criam-se alternativas para que as mulheres possam ter uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2012).

Como proposta inicial, o Programa Mulheres Mil tinha por objetivo de até 2010 alcançar cerca de mil mulheres das regiões Nordeste e Norte em situação de exclusão social, educacional e econômica, com baixa escolarização, dificuldade de aprendizagem e pobreza acentuada. Com a instituição da Portaria 1.015 de 2011, a meta eleva-se para 100 (cem) mil mulheres inseridas no Programa até o ano de 2014 (BRASIL, 2012).

A oferta do Programa Mulheres Mil nos Institutos é definida pela SETEC, sendo que cada instituição tem a missão de atender 100 mulheres/ano. Diante disso, percebe-se ou fica caracterizada a falta de autonomia dos Ifs para definir a oferta de vagas de acordo com sua disponibilidade. Para expandir a metodologia do programa este conta com o Centro de Referência do Mulheres Mil, sediado no Instituto Federal de Brasília – IFB campus Taguatinga, sendo que esta sede é a responsável pelo acompanhamento da expansão, capacitação de servidores da rede e de outras instituições, assim como pela pesquisa e produção de materiais.

Com o núcleo do Projeto instalado em cada unidade da Rede EPCT as instituições vêm contribuindo para a elevação da escolaridade de jovens e adultos. Assim, através das ações desenvolvidas no projeto busca-se alcançar os objetivos específicos e pilares do programa que são os eixos Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

Este é o desafio que os Institutos Federais têm nos últimos anos, e pelo que observamos não se resume em apenas chegar a essa meta, mas sim o de poder levar adiante as ações das Mulheres Mil, sendo referência em educação profissional para a inclusão social.

#### **3.4.4. A Metodologia do Programa Mulheres Mil**

Por se tratar de um público diferenciado, era preciso que o programa adotasse ferramentas metodológicas que promovessem de fato o acesso à educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Isto ocorreu a partir das ações de acolhimento, orientação e acompanhamento da formação profissional das participantes.

Registra-se que no começo do programa:

As beneficiárias tinham entre 18 a 60 anos, apresentavam quadro de total exclusão social, educacional e econômica. Possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho (MEC, 2011, p.2).

Por conta dessa realidade o programa aperfeiçoou a metodologia de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP) a fim de que os instrumentos e mecanismos de acolhimento às populações não tradicionais possam de fato garantir o acesso à formação profissional e cidadã, seja através da elevação de escolaridade, inserção produtiva e mobilidade no mercado de trabalho, acompanhamento dos egressos e impactos gerados na família e na comunidade (STELA, 2011).

Além disso, são trabalhadas outras ferramentas próprias como o Mapa da vida e o Portfólio. O Mapa da vida é uma atividade que tem por objetivo criar oportunidade para troca de experiência de vida das mulheres, desse modo os conhecimentos são compartilhados, valorizados e registrados.

Para os formuladores da proposta “o método potencializa as mulheres como autoras das histórias de sua vida, de seus grupos, de suas instituições ou comunidades, ou seja, as experiências podem ser narradas e registradas por suas protagonistas” (MEC, 2011, p.10). A partir dessa metodologia as mulheres tem a oportunidade de traçar um projeto de vida e aprender com as experiências das outras.

Assim, o portfólio é um documento que reúne informações formais e informais sobre os conhecimentos, habilidades e competências das mulheres. Através deste instrumento é possível identificar os potenciais das alunas para encaminhamentos para o mercado de trabalho, bem como servir como instrumento de avaliação do aprendizado prévio (MEC, 2011).

Outro instrumento é o Sistema de Acesso, Permanência e Êxito que foi construído em um amplo processo de troca de experiências acumuladas do *Community Colleges* canadenses que ao longo de dez anos promove ações de equidade as populações desfavorecidas do país. Esse sistema vem a ser um instrumento facilitador no processo de implantação e implementação de projetos e ações que abrangem o acolhimento, a educação, a qualificação e formação profissional e tecnológica, acesso ao mundo do trabalho, desenvolvimento sustentável de comunidades e de pessoas desfavorecidas e não tradicionais (MEC, 2011).

De acordo com o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito (MEC, 2011), o serviço de acesso consiste na aproximação e estabelecimento de diálogo com a comunidade, a partir de “ações de sensibilização, resgate e ingresso” na instituição. Cabe destacar que o principal objetivo do acesso “é viabilizar o ingresso e a permanência com êxito da população feminina em situação de vulnerabilidade social nas instituições de educação profissional.” (MEC, 2011, p. 5).

Nesse contexto, o Escritório de Acesso do Programa estruturado na instituição contribui para o desenvolvimento dos serviços do programa, por ser um local de referência para acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram obter informações sobre o Programa, suas ofertas e possibilidades educacionais (MEC, 2011).

O espaço visa também a aproximar e fortalecer os vínculos e relações com a comunidade e com a equipe multidisciplinar, a fim de garantir o sucesso no sistema de assistência às alunas, a partir do trabalho inter, trans e multidisciplinar a ser desenvolvido (MEC, 2011). As alunas atendidas pelo programa dispõem ainda dos serviços dos profissionais da instituição como: o médico, psicologia, odontológico, educação física e serviço social.

Assim, o módulo de acesso deve pautar-se em ações e práticas democráticas e inclusivas para promover a sustentabilidade e a equidade, valorizando o perfil das ingressas no programa. Segundo o Guia Metodológico (MEC, 2011), deve ocorrer independentemente do conhecimento educacional prévio das mulheres beneficiadas.

O Programa busca valorizar ainda os saberes construídos na comunidade e a vocação local. De acordo com Santos e Freitas (2014, p. 12) os “ Estados situados no litoral e onde é forte o trabalho com a pesca, há incidência de cursos voltados ao beneficiamento e manipulação do pescado, locais onde há polo de confecções é comum investidas em artesanato para customização das peças das confecções, treinamento de mão-de-obra [...], sendo que é nesse processo de formação em que ocorre a troca conhecimento acadêmico ao itinerário formativo dessas mulheres.

Outro módulo da Metodologia do Programa é o Sistema de Permanência e Êxito que consiste em:

Um conjunto de ações, serviços, métodos e sistemáticas de caráter inter, trans e multidisciplinares direcionadas à oferta educacional e ao atendimento socioeconômico das educandas, pautado em um processo planejado, articulado e integrado, que seja capaz de favorecer e fomentar o desenvolvimento integral e sustentável das alunas, de seus familiares e das comunidades em que vivem (MEC, 2011, p.14).

Neste módulo inclui-se a utilização das estruturas e serviços de suporte e apoio da instituição e dos parceiros – serviço acadêmico, serviço social, psicologia, assistência estudantil, saúde, direitos da mulher entre outros para o atendimento das demandas sociais, educacionais e profissionais das beneficiárias do programa (MEC, 2011).

Além disso, o programa prevê um conjunto de ações que buscam incluir a população feminina no mundo do trabalho, através de parcerias com instituições públicas e privadas,

visando à inserção e permanência das egressas no mundo do trabalho (MEC, 2011).

Como se vê a metodologia do programa busca contribuir para a melhoria das condições de vida dessas mulheres, ao oferecer uma cultura escolar inclusiva, acolhedora, colaborativa e estimulante para o desenvolvimento de sua aprendizagem e formação cidadã.

Dessa forma o programa se concebe como promotor de inclusão e permanência no ambiente das instituições e no mundo do trabalho, com êxito e sustentabilidade dada à mudança de concepção do acesso meritocrático e seletivo para um acesso inclusivo e afirmativo (MEC, 2011).

### 3.4.5. O Programa Mulheres Mil e os seus primeiros resultados em alguns Institutos Federais.

Ainda no desenvolvimento do projeto piloto a proposta do Mulheres Mil já contemplava milhares de beneficiárias de comunidades em situação de vulnerabilidade social, assim como contribuía de alguma forma para a superação das desigualdades sociais por meio do acesso à educação.

Atendendo as peculiaridades e os arranjos produtivos de cada região, cada instituto federal ofertava sua proposta de trabalho a SETEC/MEC para iniciar as atividades em seus campus. O quadro abaixo destaca as áreas de formação profissional contempladas nos 13 institutos da região norte e nordeste que aderiram ao programa inicialmente.

**Tabela 1:** Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto

Estado	Projeto	Comunidade atendida	Vagas ofertadas	Área de formação profissional:
Alagoas	O Doce Sabor de Ser	Marechal Deodoro – Vila Miséria	80	Gastronomia
Amazonas	Transformação, Cidadania e Renda	Área metropolitana de Manaus	120	Governança
Bahia	Mulheres: um Tour em Novos Horizontes	Comunidade Vila 2 de Julho	120	Turismo e hotelaria
Ceará:	Mulheres de Fortaleza	Área Metropolitana de Fortaleza-Bairro Pirambu	120	Governança e gastronomia
Maranhão	Alimento da Inclusão Social	Comunidade Vila das Palmeiras	160	Processamento de alimentos
Pará	Costurando um melhor amanhã para as mulheres do Igarapé Mata fome	Associação Beneficente Educacional Agostiniana Recoleta	150	Corte e costura e informática
Paraíba	Beneficiamento e Transformação de Pescado	Bayeux e Cabedelo	160	Processamento de pescado e artesanato
Pernambuco	Mulher Pernambucana em primeiro lugar	Recife	120	Artesanato, Gastronomia, Informática
Piauí	Vestindo a Cidadania	Vila Verde Lara / cidade Leste – Teresina	60	Corte costura / confecção
Rio Grande do Norte	Casa da Tilápia.	Assentamentos do Território do Mato Grande	120	Beneficiamento do couro de Peixe

Roraima	Inclusão com Educação	Reeducandas da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	80	Processamento de alimentos e informática
Sergipe	Do Lixo a Cidadania	Bairro Santa Maria (antigo Bairro Terra Dura)	80	Reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
Tocantins	Construindo a cidadania através da arte	Distrito de Taquarussu/Palmas-TO	80	Bioartes, pintura de tela, artesanatos com produtos naturais.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do site: <http://mulheresmil.mec.gov.br>

Com a experiência desses projetos, o Ministério da Educação publica em 2011 o livro “Mulheres Mil: Do sonho à realidade”, organizado por Stela Rosa, com edição trilingue (português, inglês e francês), o qual aborda a narrativa de 27 mulheres atendidas pelos projetos executados nos treze estados já mencionados.

Como pode ser observado, ao longo dos anos de implantação do Mulheres Mil foi possível consolidar ainda mais sua proposta em nível de política pública na rede federal de educação profissional. Isso porque o programa se encontra alinhado às demais políticas de atenção à mulher e de combate à pobreza, que são estabelecidas através de pactos em nível nacional e internacional, a exemplo dos I e II PNPM e outros programas derivados desse plano nacional. Por isso, é que suas ações busca priorizar a inclusão das mulheres, muitas delas chefes de família, em sua maioria desempregadas, com baixa escolarização, e beneficiárias de bolsas assistenciais (STELA, 2011).

Incluir este público em especial para Stela (2011) deve-se ao fato das mulheres exercerem forte influência em suas famílias e no convívio social, e também por serem em sua maioria vulneráveis a situações de violência por parte do parceiro, ao desemprego por conta da baixa escolaridade, entre outros motivos. Daí a proposta do programa se mostrar enriquecedora e fortalecedora, pois objetiva impactar a vida dessas mulheres a fim de empoderá-las frente a essas questões.

Em síntese, cabe destacar as experiências sucedidas das Mulheres Mil nos Institutos Federais, como o de Tocantins, pelo projeto “Cidadania pela Arte”, que foi apontada na pesquisa de BRAGA e SANTOS (2011). As autoras destacam a contribuição do programa para o empoderamento, a sustentabilidade e ampliação da escolaridade e melhora da autoestima das beneficiárias.

Alves *et al* (2012) refere em seu artigo sobre as perspectivas e desafios do Mulheres Mil no IFPB, realçando a contribuição que este teve para o fortalecimento da emancipação da mulher nos âmbitos produtivo, social e cultural. Salientando que nesse processo de educação, é possível se chegar à inclusão social tendo o envolvimento de outros agentes essenciais que estruturam as políticas públicas de Estado.

Discorre também que:

A educação profissional proporcionada pelo Programa Mulheres Mil pode desempenhar um papel central na vida das mulheres, pois além de ser uma educação de prazo curto permite facilidade de conciliar trabalho, estudo e, se volta diretamente às necessidades dessa comunidade excluída ao longo da história (ALVES *et al*, 2012, p. 5).

Outra experiência do Mulheres Mil no IFPB é apresentada por Galdino *et al* (2012) em que destacam o perfil socioeconômico das mulheres participantes do programa no campus Monteiro. Tendo como resultados identificados que uma parcela significativa das famílias

sobrevive do emprego informal, vive em condições de vulnerabilidade social e recorre aos programas de transferência de renda como forma de subsistência de suas necessidades básicas. O estudo apontou ainda que o acesso e a permanência da mulher nas escolas são interrompidos em grande parte pela necessidade de geração de renda.

Ferreira *et al* (2013) apresenta as possibilidades de inclusão social e acesso à educação através do Programa Mulheres Mil, campus Rio Paraíba do Sul – UPEA. O instituto atendeu mulheres pertencentes à comunidade com índices de vulnerabilidades sociais que fazem parte da área de abrangência do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, localizados nos distritos de Barcelos e Açú, pertencentes ao município de São João da Barra – RJ.

No primeiro semestre de 2012, quando foram ofertadas 30 vagas do curso profissionalizante de culinária com carga horária de 200 horas, 25 alunas concluíram com sucesso o curso. Como resultado situa-se que as egressas conseguiram se organizar em forma de cooperativa na comunidade, começando a comercializar seus produtos encomendados na própria região.

No caso do Instituto Federal de Minas Gerais, na cidade de Barbacena, os estudos de Furtado *et al.* (2012, p.183) revelam a melhora na saúde geral das mulheres “no 3º e 6º meses, quando comparado ao momento inicial, antes do início da participação no Programa Mulheres Mil”. Como se pode notar, o estado de saúde tem grande importância para a qualidade de vida do ser humano, e ao se trabalhar diversas temáticas que contribuem para esse resgate o programa conta com participantes mais satisfeitas com a vida, como se observou nessa pesquisa.

Outro projeto que merece destaque foi o idealizado no Instituto Federal de Roraima, voltado para as reeducandas da cadeia pública de Monte Cristo, no município de Boa Vista, onde foram beneficiadas 80 mulheres com o curso básico de qualificação profissional em culinária regional, panificação e informática. De acordo com Amorim e Santos (2009, p.7) o impacto causado pelo projeto foi “o grande número de reeducandas motivadas a participar do projeto; além do engajamento voluntário das instituições parceiras”.

[...] executar ações que tenham como premissa básica a mudança de vida de um grupo que verdadeiramente necessita, não de caridade ou de realização esporádica de responsabilidade social institucional, mas de ações que melhorem sua autoestima, sua qualidade de vida e que principalmente melhore suas ferramentas para enfrentar com mais dignidade a sociedade e o mundo do trabalho, não necessitando mais enfim, lançar mão da marginalidade para ser sustento ou de sua família (AMORIM; SANTOS, 2009, p.7)

Cabe destacar que a partir do sucesso do programa e também das dificuldades de se trabalhar com esse público, o Instituto deu a oportunidade para que as mulheres pudessem elevar sua escolaridade, por meio da oferta de cursos técnicos integrados a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA de 5ª a 8ª série, além do ensino médio realizado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (AMORIM; SANTOS, 2009, p.7).

Carvalho (2013) apresenta a experiência do programa no Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ campus Arraial do Cabo no contexto de atender as peculiaridades da região, articulando gênero e meio ambiente, visando à preservação da memória local da pequena cidade, que é referência turística por suas belíssimas praias. Contudo, está vem nos últimos tempos sofrendo diversos problemas socioambientais por conta da poluição da indústria de petróleo.

Diante desse cenário, a qualificação profissional oferecida pelo Mulheres Mil teve como proposta contemplar a atividade do setor pesqueiro, com a oferta do curso de filetagem, salga e

culinária com peixes, o de bijuterias, o de mudas de restinga e outros. Lançado oficialmente em 23 de agosto de 2013, o programa ofertou 100 vagas em quatorze cursos, que foram estruturados a partir dos seguintes eixos: 1- Eixo de conhecimento fundamental, 2- Eixo de identidade, cultura e cidadania, 3- Eixo de vivência no mundo do trabalho, 4- Eixo de formação profissional.

O autor salienta a importância de se estabelecer parcerias para a realização dos cursos, uma vez que só com os recursos do IFRJ não seria possível. Destacou o convênio realizado com o Jardim Botânico e a Secretaria de Meio Ambiente, passo importante para a realização dos cursos. Por estar em fase de implantação a expectativa do programa no campus é grande segundo o autor.

Esses são os primeiros resultados que o programa vem garantindo, uma vez que tem buscado e concretizado parcerias internas e externas a fim de alcançar à elevação da escolaridade, acesso ao mundo do trabalho, a sustentabilidade e o desenvolvimento do senso crítico e da emancipação econômica tão almejada pelas Mulheres Mil (MEC, 2011).

As experiências ora apresentadas revelam que a intenção maior do Mulheres Mil é de oferecer a oportunidade de reinserção no sistema escolar a jovens e adultos que em algum momento de suas vidas tiveram que interromper sua trajetória escolar, e agora vem a oportunidade a partir do programa de elevar sua escolaridade começando por um curso básico de qualificação profissional, que tem todo um diferencial em sua filosofia e forma de atuação (STELA, 2011).

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é caracterizado como descritivo, com abordagem quanti-qualitativa, de natureza básica (LAKATOS; MARCONI, 2001), sendo dividido em etapas. A primeira etapa do trabalho, que consiste no registro do percurso histórico de implantação do Programa Mulheres Mil, foi realizada através de pesquisa documental contemporânea (LAKATOS; MARCONI, 2002) de documentos do IFAP. Os documentos consultados incluíram portarias, normativas do Programa e o plano de trabalho do Projeto Edificando Autonomia que ofertou o curso de assentamento de cerâmica e porcelanato no primeiro semestre de 2012. Esses documentos foram obtidos com a autorização da coordenação local do Programa no campus Macapá.

A segunda etapa do trabalho, consiste na descrição do perfil das ingressantes do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato, também foi feita pesquisa documental contemporânea (LAKATOS; MARCONI, 2002) nos documentos do IFAP, incluindo os questionários socioeconômicos que foram realizados durante o processo de inscrição, para a seleção das 100 mulheres que participaram do programa. Esses documentos foram obtidos com a autorização da coordenação local do Programa no campus Macapá. As informações foram tabuladas e os gráficos resultantes, são apresentados nas figuras 5 a 8.

A terceira etapa, ou seja, o relato da percepção das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato, teve como base a observação direta (LAKATOS; MARCONI, 2002), com a aplicação de questionário combinado de 12 perguntas de múltipla escolha e respostas abertas (Anexo 1). O questionário foi aplicado pela pesquisadora a 30 egressas do curso no dia 17 de julho do ano de 2013, data em que foi realizada reunião para a programação de formatura. A escolha dessa amostra contemplou a totalidade das participantes da reunião, ou seja, as concluintes do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato. As informações foram tabuladas e os gráficos resultantes são apresentados nas figuras 12 a 20.



## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1. A Implantação do Programa Mulheres Mil no IFAP campus Macapá**

Com a nova versão do Mulheres Mil apresentada pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2011, o programa passa a ser executado por meio dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. Através desta rede de parceiros, o programa busca fomentar a escolarização desse público através dos cursos de Formação Inicial e Continuada oferecidos na Rede de EPCT.

A proposta de implantação do programa no IFAP se concretizou com a participação das primeiras gestoras durante a semana de capacitação “Oficina de formação de Gestores do Programa Nacional Mulheres Mil”, que ocorreu entre os dias 12 a 16 de setembro de 2011 em Brasília/DF. Neste evento estavam presentes duzentos gestores dos novos núcleos do Mulheres Mil (IFAP, 2012).

Representando o campus Macapá estiveram no encontro as seguintes técnicas: Cristiane Lobato – técnica em assuntos educacionais e Gilceli Moura – assistente social. Do campus Laranjal do Jari, participou a técnica Marianise Paranhos – assistente social e Raimunda Pedrosa – técnica em assuntos educacionais. Como gestora institucional dos dois campi participou a Professora Selma Gomes, representante da Pró-reitoria de Extensão.

Após a sensibilização e instrumentalização dos gestores no encontro, a equipe que fora capacitada trouxe a proposta de implementação do programa para aprovação da Reitoria e dos diretores dos campus. Na gerência institucional esteve à frente a Pró-reitoria de Extensão que definiu juntamente com a direção geral e direção de ensino dos campi, os responsáveis pela coordenação local do programa, bem como a escolha do curso e eixo tecnológico ao qual seria vinculado.

Realizado o estudo sobre o perfil do curso que se ofertaria dentro da demanda do mercado de trabalho da região, foi lançada a proposta do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato no campus Macapá. A escolha do curso se deve ao crescimento econômico do Estado no setor da construção civil, principalmente com as obras do Governo Federal, através do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, o qual vem empregando uma ampla mão de obra nessa área que ainda é predominantemente masculina. Mesmo assim, com a oportunidade educacional que o programa trouxe, muitas foram as possibilidades de as mulheres se inserirem no setor da construção civil.

#### **5.1.1. A escolha da Comunidade Beneficiária**

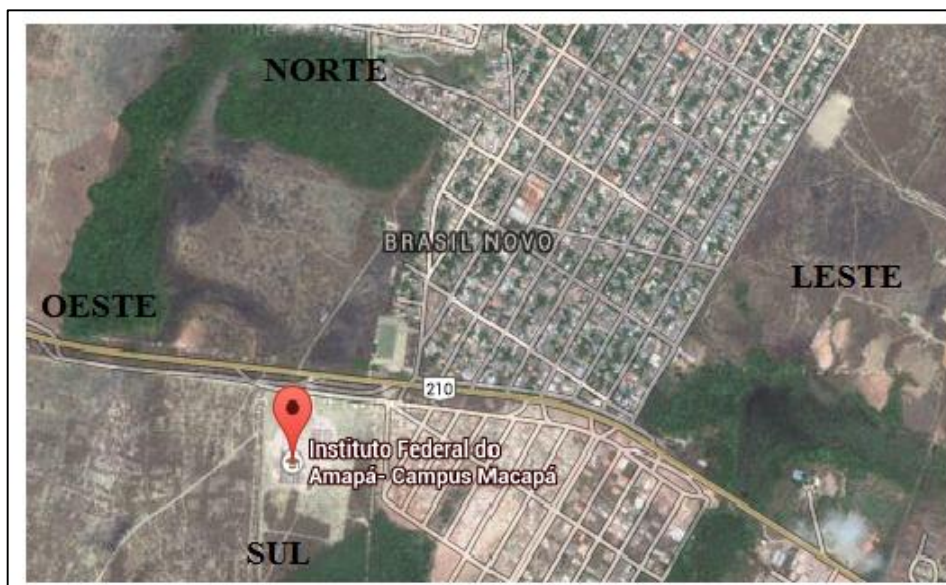
A escolha da comunidade a ser atendida pelo programa teve por orientação a inclusão de populações integrantes dos territórios da cidadania (MEC, 2011) que têm por foco o combate às desigualdades regionais e sociais.

Tomando como referência isso, busca-se a partir da oferta da educação profissional o fortalecimento da cidadania e valorização da mulher em seu espaço.

O programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de

potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares (MEC, 2011, p. 5).

A partir dessa diretriz de atuação, em outubro de 2011 o programa lançou a proposta do projeto “Edificando a Autonomia” com a finalidade de promover a inclusão social de 100 mulheres com idades entre 18 a 70 anos, residentes nos seguintes bairros da cidade de Macapá-AP: Amazonas, Brasil Novo, Boné Azul, Liberdade, Loteamento Açai e Palmares (IFAP, 2011).



**Figura 02:** Mapa de Localização do IFAP – Campus Macapá e do Bairro Brasil Novo.  
Fonte: Google Maps (2014).

A escolha dessas comunidades se deu após um diagnóstico traçado e apresentado no Plano de Trabalho do Campus Macapá (2011), o qual revelou a realidade das condições precárias de atuação do poder público nas áreas do atendimento à saúde, saneamento básico, escolas, creches, segurança pública e pavimentação de vias. Além do índice elevado de pessoas desempregadas, com baixa escolarização e com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Bairro Brasil Novo possui uma população de 13.273 habitantes, sendo 50,01% do sexo feminino e 49,99% do sexo masculino. Com seu grande número de habitantes, o bairro está subdividido (divisão esta não oficial) em Liberdade, Palmeiras e Brasil Novo II.

Outra comunidade escolhida foi o Loteamento Açai, o qual não é considerado bairro nas pesquisas realizadas pelo IBGE. O número da população desta é contabilizada juntamente com outro bairro denominado Infraero, que possui 9.411 habitantes, dos quais 50,75% são mulheres e 49,25% são homens (IBGE, 2010). A mesma foi escolhida devido ao seu significativo problema social e considerando o fato de que, embora esteja na capital do Estado, não possui sequer uma unidade de saúde; escolas, creches; saneamento básico; segurança pública; pavimentação das vias.

O Loteamento Açai é decorrente de diversas invasões realizadas por pessoas que vivem à margem da sociedade; famílias cujos pais desempregados, mães solteiras e mulheres responsáveis pelo sustento da família, sobrevivem através da transferência de renda (Bolsa-Família e renda para Viver Melhor – Programa do Governo Estadual).

Os bairros Loteamento Morada das Palmeiras, São José e Loteamento Amazonas não possuem dados censitários oficiais por se tratarem de bairros recentes, originários de loteamentos e/ou invasões.

Frente a esta significativa demanda dos moradores de bairros no entorno do IFAP – campus Macapá, a coordenação local do Mulheres Mil de acordo com o Plano de Trabalho (2011) constatou a necessidade de promoção de caminhos que possam assegurar-lhes mudanças positivas em suas condições de vida, a partir de oportunidades de elevação da escolarização aliada ao acesso à qualificação profissional.

Após esse diagnóstico, a equipe gestora realizou visitas de campo às comunidades a serem beneficiadas, mobilizando nos espaços comunitários os representantes dos bairros para mobilização de mulheres da comunidade. A equipe teve apoio das associações de mulheres do bairro Brasil Novo e da associação dos idosos do bairro do Loteamento Açaí. Posteriormente, houve reunião de sensibilização que ocorreu em setembro de 2011 com objetivo de apresentar as propostas do programa.

Durante o contato inicial que as candidatas ao curso tiveram com os profissionais do IFAP, elas puderam conhecer mais sobre a proposta do programa, o perfil do curso e as oportunidades educacionais que o instituto trouxe aos moradores da região, bem como tirarem suas dúvidas e opinarem sobre outros cursos que gostariam que a instituição oferecesse a comunidade (Figura 3).



**Figura 03:** Reunião na Associação de Mulheres do Bairro Brasil Novo – Macapá-AP

Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012).

Esta foi a primeira fase para a implantação do projeto, em que se fez necessário a realização de reuniões para a sensibilização da comunidade externa quanto a proposta do Programa Mulheres Mil e a missão do IFAP. No encontro foi sugerido pela coordenação local o curso de assentamento de cerâmica e porcelanato, por estar inserido no eixo tecnológico de infraestrutura, assim como foi solicitado também sugestões de cursos pela comunidade que estivessem associados aos cursos já ofertados pela instituição.

Registra-se que da primeira reunião realizada no mês de setembro no bairro Brasil Novo foram opinados os seguintes cursos: informática, turismo e administração de empresas (BRASIL, 2012) a partir dessa demanda apresentada pela comunidade ao IFAP o instituto vem a ofertar no segundo semestre de 2012 o curso básico de qualificação profissional em Operadora de Microcomputador.

### 5.1.2. Do processo de sensibilização dos parceiros e de inscrição das candidatas

Outro momento importante foram as reuniões de sensibilização no IFAP, sendo estas com objetivo de apresentar o Programa Mulheres Mil e estimular os servidores da instituição e parceiros a participarem e apoiarem as ações do programa. Os encontros ocorreram no mês de outubro de 2011, envolvendo primeiramente os técnicos do campus Macapá e posteriormente os seguintes parceiros: empresários e sindicatos da construção civil, além de entidades do governo, do município e não governamentais.

Após essas fases, foi lançado o primeiro edital de inscrição e seleção das candidatas ao curso, sendo que etapas do processo seletivo foram realizadas em local previamente informado às comunidades. Mesmo sendo o IFAP uma instituição recente na região, a equipe fez questão de realizar o processo de inscrição em área cedida por uma moradora da comunidade, objetivando assim uma maior aproximação com o público de mulheres, que até então não tinham perspectivas de voltar para a escola.

Para concorrer às 100 vagas era preciso que as mulheres passassem por um processo de inscrição e seleção. Para a escolha das alunas participantes a Coordenação Local do Mulheres Mil levou em consideração o questionário socioeconômico preenchido no ato da inscrição e os seguintes critérios: mulheres com baixa escolaridade, maior idade, renda familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, com maior quantidade de filhos e se são as únicas responsáveis pela família.

A inscrição das candidatas ao curso foi realizada em dois pontos estratégicos nos bairros Açai e Brasil Novo, ambos em espaços cedidos por moradores da comunidade. A proposta de se realizar o processo de inscrição nestes locais foi com o intuito de alcançar o público a ser atendido pelo programa, bem como aproximar mais o IFAP da comunidade (Figura 4).



**Figura 04:** Processo de Inscrição das candidatas ao curso.

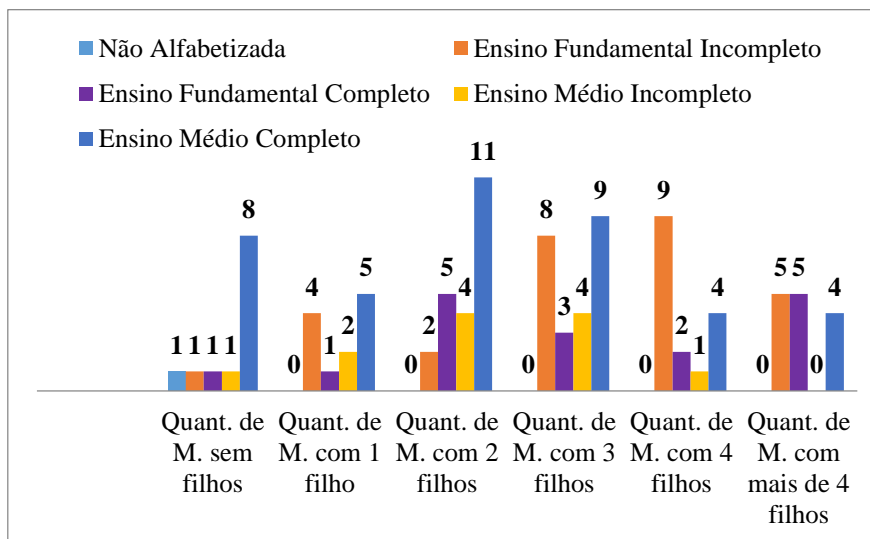
Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012).

Ao chegar à comunidade beneficiada, o IFAP - campus Macapá, através do Programa Nacional Mulheres Mil, buscou proporcionar às mulheres um espaço de trocas de vivências, conhecimento e de aproximação com a estrutura educacional que o instituto tem a oferecer à sociedade amapaense.

### 5.1.3. Perfil socioeconômico das ingressantes do curso de assentamento de

## cerâmica e porcelanato.

A partir das informações constantes nos formulários de inscrição destinados as candidatas ao curso, que serviu para seleção das 100 alunas, foi possível traçar o perfil das mulheres da comunidade atendida pelo programa. Os resultados revelam que a maioria 41% possuía o ensino médio completo, 12% o ensino médio incompleto, 17% o fundamental completo, 29% o fundamental incompleto e 1% não tinham nenhum nível de escolaridade como é apresentado na Figura 5.

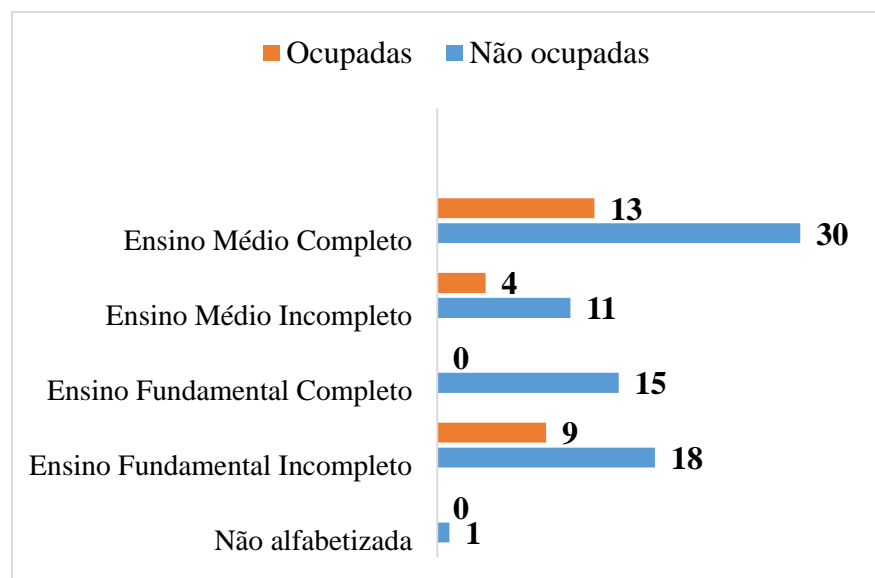


**Figura 05:** Quantitativo de mulheres por escolaridade e nº de filhos

Fonte: Questionários socioeconômicos (2011).

A relação escolarização e quantidade de filhos como observar na figura 5, é inversamente proporcional, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade menor o número de filhos. Este resultado corrobora com os estudos recentes que revelam que o aumento da escolaridade contribui significativamente neste indicador, posto que a mulher com um maior nível de escolarização busca uma melhor qualidade de vida a partir de independência financeira. Deixando assim, o plano de ser mãe para outro momento (MARQUES; BARBOSA; HUTZ, 2010).

Analisando a diferença que há entre escolaridade e ocupação/não ocupação no mercado de trabalho das alunas do curso, sobressai que, das não ocupadas, a maioria, 30%, tem o ensino médio completo, enquanto 13% das ocupadas possuem também tal escolaridade (Figura 6).



**Figura 06:** Relação escolaridade e situação de trabalho  
 Fonte: Questionários socioeconômicos (2011).

Isso demonstra que a questão do desemprego nos dias atuais vem atingindo não apenas aqueles com pouco nível de escolaridade, mas também aos que mesmo tendo concluído o ensino médio ou superior acabam sendo desqualificados pelo mercado de trabalho, que requer um profissional cada vez mais preparado para competir por uma vaga de emprego.

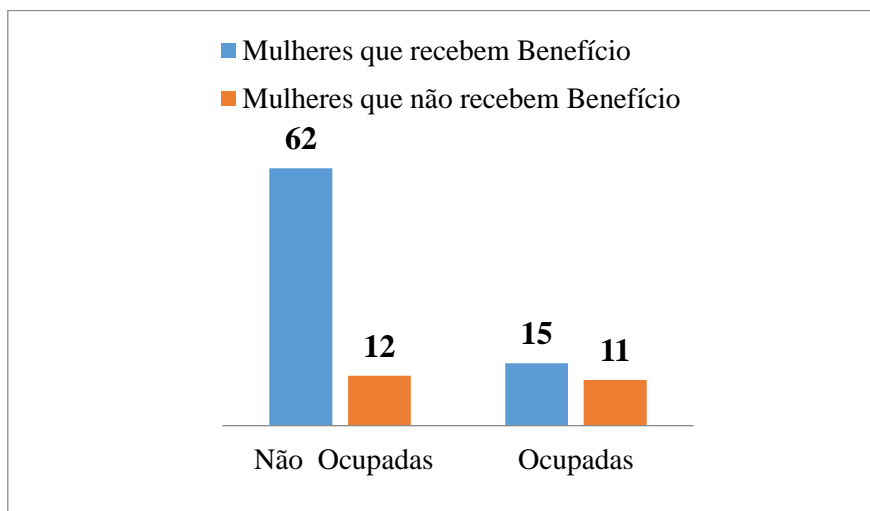
Mesmo assim, muitos trabalhadores e trabalhadoras buscam alternativas de sobrevivência, submetendo-se muitas vezes à precarização do trabalho. Quando o desemprego atinge as famílias chefiadas por mulheres a questão é mais delicada, pois este afeta em grande medida a qualidade de vida de sua família, a maioria por serem em muitos casos as únicas responsáveis pelos filhos. Estão têm que administrar os ínfimos recursos para manutenção da família, que são complementados pelos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, do Governo federal e o Renda pra Viver Melhor, do Governo estadual.

Quanto à renda familiar das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil no IFAP-campus Macapá, segue o seguinte diagnóstico: 20% possuíam renda de um quarto a meio salário mínimo, 63% de meio a um (1) salário mínimo, 15% de um (1) a dois (2) salários mínimos. Diante desse resultado percebe-se o quanto as famílias atendidas pelo programa em sua maioria possuíam uma renda de meio (½) a um (1) salário mínimo, recursos estes que não garantem de modo algum uma qualidade de vida melhor para os membros da família, além desse perfil há as que não possuíam nenhuma fonte de renda. Estes compõem os 20% que percebem valor inferior a meio salário.

Verifica-se com isso, a situação de vulnerabilidade social que se encontram as famílias atendidas pelo programa, que é ainda mais difícil quando a mulher é a única responsável pela renda familiar e que por possuir uma baixa escolarização faz com que muitas recorram às atividades informais como diaristas, manicure, ambulante e entre outras função como forma de garantia de renda (CARLOTO; PROCÓPIO, 2004).

Em relação ao estado civil das mulheres atendidas temos predominantemente: 42% de mulheres solteiras, enquanto união estável 36%, casadas 18%, divorciadas 3% e viúva 1%. No que tange à faixa etária, as alunas eram em sua maioria 43% de 25 a 34 anos, 32% de 35 a 44 anos, 15% de 16 a 24 anos, 9% de 45 a 54 anos e 1% de 55 a 64 anos. Outro dado coletado dos questionários foi em relação à cor/raça das alunas matriculadas, percebendo-se que estas se declararam: 78% pardas, 12% negras, 9% brancas e 1% indígena.

Chama atenção no perfil das alunas ingressantes o percentual de ocupação no mundo do trabalho dessas mulheres no momento de ingresso no curso de Assentamento em Cerâmica e Porcelanato. Estavam ocupadas 26 alunas (26%) e não ocupadas 74 alunas (74%) (Figura 7). As mulheres que ocupavam cargos de trabalho, exerciam suas atividades no mercado informal, ou seja, trabalhando sem vínculo empregatício, sendo a maior parte em atividades de emprego doméstico como diaristas, babás, ajudante de carpinteiro, vendedora ambulante, vendas de cosméticos e cozinheira.



**Figura 07:** Relação situação de trabalho e recebimento de recurso assistencial  
 Fonte: Questionários socioeconômicos (2011).

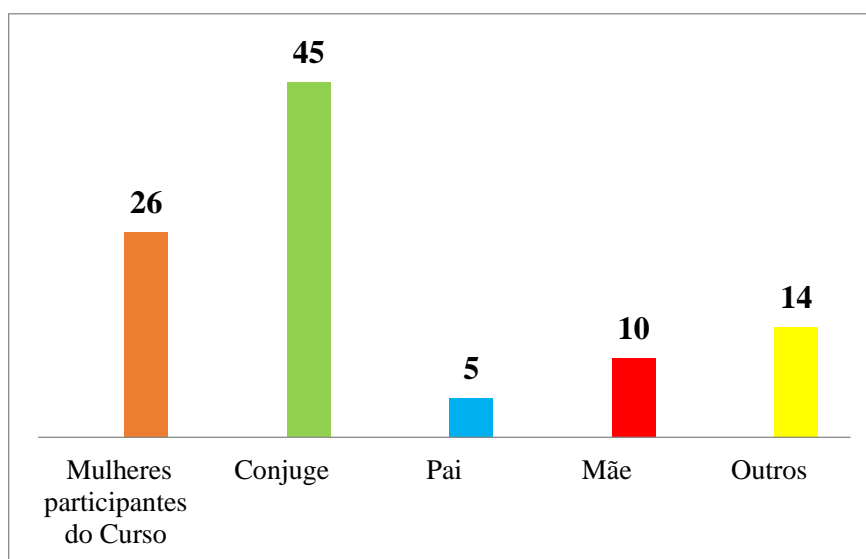
No dizer de Ammann (2013, p. 61).

[...] a maioria dos desempregados carrega sentimentos de inferioridade, sentem-se estigmatizados e humilhados, com graves repercussões sobre sua qualidade de vida e de inserção social. Observa-se, por exemplo, que durante o desemprego, os laços conjugais são fragilizados, comprovando-se inclusive, uma relação de determinação entre desemprego e esfacelamento familiar.

Nessas condições, e que encontram-se os/as trabalhadores sem renda, que diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal, ainda tem que conviver com o desfacelamento das políticas sociais que são expressas nos mínimos direitos assegurados pelo Estado como: saúde, educação, trabalho e etc. Desde modo, cada vez mais se alarga a situação de vulnerabilidade social das mulheres.

No caso em questão em que as mulheres são as únicas responsáveis pela renda da família, e que por não ter formação escolar e/ou qualificação profissional suficiente para concorrer no mercado formal, estas têm no trabalho informal uma forma de garantir minimamente a subsistência dos seus.

Marcadas pelo desemprego estrutural, a maioria das mulheres que buscaram o programa pertencia a essa realidade de estar fora do mundo do trabalho, não ter escolaridade e/ou qualificação profissional. Outro dado importante, apresentado na figura 08 é quanto à responsabilidade pela renda familiar, a pesquisa mostra que das que não exerciam atividade laboral elas tinham seus gastos custeados pelo companheiro/ marido (45%), mãe, pai, e outros como: pensão, sendo sustentados pelos filhos, sogra e também por programas de transferência de renda do governo. Por outro lado, contata-se que 26 alunas (26%) eram as únicas responsáveis pela renda familiar (Figura 8).



**Figura 08:** Responsável pela renda familiar  
 Fonte: Questionários socioeconômicos (2011).

## 5.2. O Curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato

As atividades do programa têm início no mês de março de 2012 tendo como primeira turma as alunas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato. Para a execução das atividades do programa no campus Macapá, foi necessário fazer o planejamento e realizar diálogo constante com a direção geral da escola e ainda a estruturação dos Planos Educacionais, Matriz Curricular, Material Didático Pedagógico e o calendário do curso, instrumentos estes importantes para o desenvolvimento do curso.

Em seu início o Programa foi gerenciado pelas seguintes servidoras: Cristiane Lobato, técnica em Assuntos Educacionais e Gilceli Moura, assistente social. Ambas tinham entre outros papéis o de motivar e sensibilizar os gestores e servidores para o envolvimento com os objetivos do programa; viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do programa; sensibilizar e agregar novos parceiros e colaboradores (nas comunidades interna e externa) para integrar ao esforço coletivo do programa.

Outra função que as gestoras locais exerciam era o de elaborar o planejamento financeiro destinado às necessidades do programa o qual contempla o pagamento de bolsa de assistência estudantil às alunas do curso, pagamento de bolsista e compra de material de expediente para o Escritório de Acesso.

Para que essa proposta fosse concretizada era necessário também fazer um planejamento orçamentário do valor que a SETEC/MEC propunha para os institutos, sendo este disponibilizado após a entrega dos planos de trabalho e termo de adesão ao programa. O valor destinado foi de R\$ 100.000 (cem mil reais).

O recurso previsto na Lei Orçamentaria Anual – LOA, era destinado para o auxílio estudantil, compras de materiais permanentes e de consumo. Com isso, foi possível estruturar o escritório de acesso do programa, comprar uniformes e materiais para as atividades práticas do curso.

Conforme o plano de trabalho 2011, a oferta do curso básico de assentamento de cerâmica e porcelanato tem por objetivo buscar a elevação da escolarização das mulheres que não concluíram o ensino fundamental e/ou o ensino médio da educação básica e aproveitando



os conhecimentos adquiridos por estas no decorrer da vida, favorecendo possibilidades de ingressarem no mercado de trabalho, quer atuando como pedreira no mercado formal ou como autônoma.

Importa ressaltar alguns dos objetivos estabelecidos para o referido curso (IFAP, 2011).

- Estimular a inclusão educacional, profissionalizante, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Proporcionar a elevação da escolaridade das beneficiárias, seja por meio da qualificação profissional, seja no estímulo à conclusão dos estudos da educação básica (ensino fundamental e ensino médio);
- Articular mecanismos e conexões com órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal e do setor privado para a inserção das egressas no mundo do trabalho.
- Estimular o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e de empregabilidade;
- Buscar parceria com instituições dos setores da saúde, justiça, serviço psicossocial de organismos estadual, municipal, privado e não governamentais para oferecer suporte nos referidos setores às beneficiárias em seu desenvolvimento integral, que por sua vez refletirá entre seus familiares e a comunidade em que vivem.

Para se alcançar os objetivos do programa de maneira mais abrangente o IFAP buscou parcerias para garantir o sucesso do projeto. E através de um termo de cooperação consolidado entre o IFAP, Prefeitura de Macapá e Governo do Estado, foi que se firmou a primeira parceira do programa celebrada em um evento especial de aula inaugural realizada no Centro de Convenções Azevedo Picanço, em Macapá, no mês de fevereiro de 2012.

A aula inaugural do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato, teve a presença das 100 (cem) primeiras beneficiárias do programa (Figura 9).



**Figura 09:** Aula Inaugural do 1º curso ofertado

Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012)

Nesse evento foi firmada a parceria pelos representantes dos governos Estaduais e Municipais através das Secretarias de Educação, Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Saúde, no sentido de integrar as ações do programa visando à promoção da saúde da mulher, ao acesso ao mercado de trabalho, proteção dos seus direitos e do acesso à educação, para que assim fosse possível promover de fato a inclusão social dessas mulheres.

As ingressantes do curso tiveram uma semana de acolhimento no IFAP, momento este em que foi possível conhecer a proposta do programa, o corpo docente, o perfil do curso, a estrutura do IFAP e as oportunidades que elas terão após concluírem o curso. No começo do curso todas as alunas participaram da oficina do Mapa da Vida, que tem por objetivo conhecer o perfil das alunas e suas experiências de vida.

O curso foi estruturado em Componentes Curriculares da Base Comum: Língua Portuguesa, Matemática Aplicada, Inglês aplicado à informática, Ética e Relações Humanas e Empreendedorismo, com carga horária de 65 horas, componentes da parte técnica com carga horária de 117 horas, e da parte diversificada com carga horária de 18 horas. Tendo uma matriz curricular totalizando a carga horária de 200 horas (anexo 2), o curso teve o perfil voltado para a formação profissional e humana da mulher, haja vista o alcance dos objetivos do projeto que “é estimular a inclusão educacional, profissionalizante, produtiva e social dessas mulheres em situação de vulnerabilidade social” (IFAP, 2011).

Durante o período do curso as temáticas transversais foram trabalhadas em forma de palestras e oficinas as quais voltaram-se para a fortalecimento da cidadania (direitos), saúde, meio ambiente e resgate da autoestima da mulher. A pesquisa constatou a ocorrência dos seguintes eventos: Oficina “Arte e Cinema: o papel da mulher na década de 1950 e atualmente” e “Mulheres Mil Pintando Van Gogh; Palestras “Auto Estima da Mulher e Maternidade”, “Direitos Trabalhistas: novas oportunidades e perspectivas que o conhecimento nos oferece”, “Direitos da Mulher: Combate a Violência Doméstica”, “Meio ambiente e Comportamento Sustentável”, Cooperativismo e “Marketing Pessoal e Entrevista de Emprego”.

Todas essas atividades foram realizadas por parceiros voluntários do IFAP, de instituições públicas e privadas, e também por profissionais liberais. O diferencial dessa formação foi a integração dos componentes curriculares que são específicas do curso com temáticas transversais, interligadas pelos propósitos de possibilitar às alunas serem as próprias protagonistas de sua história, buscando assim alternativas de sobrevivência, construção do seu projeto de vida, exercício da prática do empreendedorismo e até recorrerem por seus direitos.

Durante os quatro meses de formação (março a junho de 2012), as alunas tiveram a oportunidade de vivenciar e aprender novos conhecimentos, sendo instrumentalizadas e estimuladas a colocarem em prática as habilidades adquiridas durante o curso.

As aulas práticas desenvolvidas no curso, possibilitaram maior proximidade e associação entre teoria e prática, levando as alunas a praticarem o que aprenderam em sala de aula. As atividades foram realizadas em uma área no próprio campus, nas obras de construção do Ginásio de Esportes (Figura 10).



**Figura 10:** Aulas práticas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato  
Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012).

Foram responsáveis em repassar os ensinamentos práticos e específicos de assentamento de cerâmica e porcelanato o técnico em Edificações do Instituto, Manoel Magalhães e o azulejista da empresa Vex Construções, Berneval Silva. Durante a realização das aulas práticas houve a presença de monitores dos cursos subsequentes em Edificações, o que contribuiu para a experiência dos estudantes do curso técnico e para as alunas. Nas aulas foram abordados assuntos que vão “desde a lista de materiais utilizados em uma obra até o objetivo fim, que é o assentamento das lajotas, cerâmicas e porcelantos em diferentes ambientes” (IFAP, 2012).

Segundo matéria divulgada no site do IFAP sobre o início das aulas práticas do curso apresentamos o relato de uma das alunas do curso, Andréa Ramos Taborda, 30 anos, que ouvia com atenção as explicações dos instrutores. A referida afirmou que "Estava muito ansiosa para conhecer a prática do curso, quero colocar na minha futura profissão a mesma dedicação, atenção e cuidado que tenho nas minhas atividades domésticas" (IFAP, 2012).

No curso as alunas participaram também de outras atividades extracurriculares, entre elas visitas técnicas a empresas locais como produtoras de telhas e programações em datas festivas. Tal vivência possibilitou maior interação das alunas no cotidiano escolar, além do que, nessas atividades foram estreitadas as relações afetivas entre profissionais e alunos da instituição.



**Figura 11:** Visita técnica a empresa Amapá Telhas

Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012).

Para a concretização dessas etapas do curso, algumas dificuldades se impuseram e fizeram com que a gestão do programa tomasse diversas medidas junto a direção do campus para que não houvesse prejuízo no processo de formação das mulheres. De um lado não havia um espaço físico apropriado para as aulas práticas, posto que o laboratório do curso de edificações ainda não havia sido entregue para que os estudantes usufríssem. Diante disso a alternativa foi improvisar um espaço na quadra de esportes do campus para a realização das atividades práticas do curso.

Outra questão problema na época foi com relação ao número de professores da área técnica que na instituição encontrava-se reduzido, pois alguns já haviam sido exonerados do IFAP e na época só havia quatro (04) docentes para atender todos os níveis de cursos no instituto.

Ainda com todas as problemáticas que o programa passou e que não estão descritos aqui é importante frisar que todos os profissionais envolvidos (professores, gestores, colaboradores) que se dispuseram a trabalhar com esse público diferenciado se doaram para o êxito das alunas chegando até no caso específico das gestoras locais a ultrapassarem sua carga horária de trabalho e sem dispor de remuneração para desenvolver atividades para o Programa.

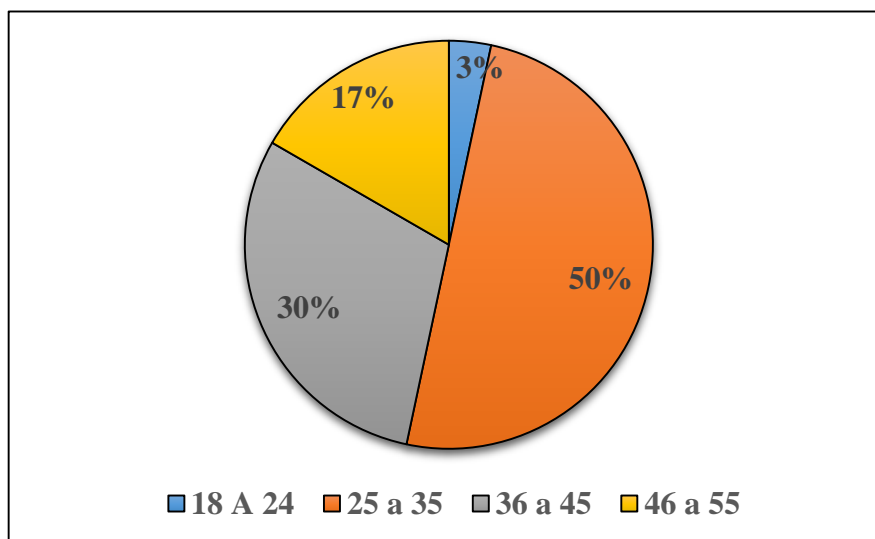
Assim, mesmo diante de tais dificuldades encontradas o Mulheres Mil buscou atender de forma mais satisfatória possível as expectativas do público inserido, fato este já reconhecido pelas participantes e que foi expresso em resultados objetivos e subjetivos.

### **5.2.1. A percepção das egressas sobre o Programa Mulheres Mil e o curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato.**

Como a pesquisa contemplou as egressas da primeira turma do programa no IFAP campus Macapá, registra-se que das 100 alunas que iniciaram o programa somente 64 concluíram o curso com aprovação, sendo que estas foram certificadas em cerimônia realizada

no dia 18 de agosto de 2013. Diante disso, a pesquisa foi realizada com o público de 30 mulheres que concluíram com êxito o curso.

A partir dos dados coletados verifica-se que com relação à idade das mulheres que participaram do programa, independentemente da diversidade de faixas etárias (entre 18 e mais de 50 anos) todas buscavam uma maior formação educacional e qualificação para se inserir no mercado de trabalho, sendo que grande parte das participantes encontra-se nas faixas etárias de 25 a 35 (50%) e 36 e 45 anos (30%), seguidos de (17%) entre 46 a 55 anos e (3%) entre 18 a 24 anos, conforme apresenta a Figura 12.



**Figura 12:** Idade em % das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato.

Fonte: Pesquisa – 2013

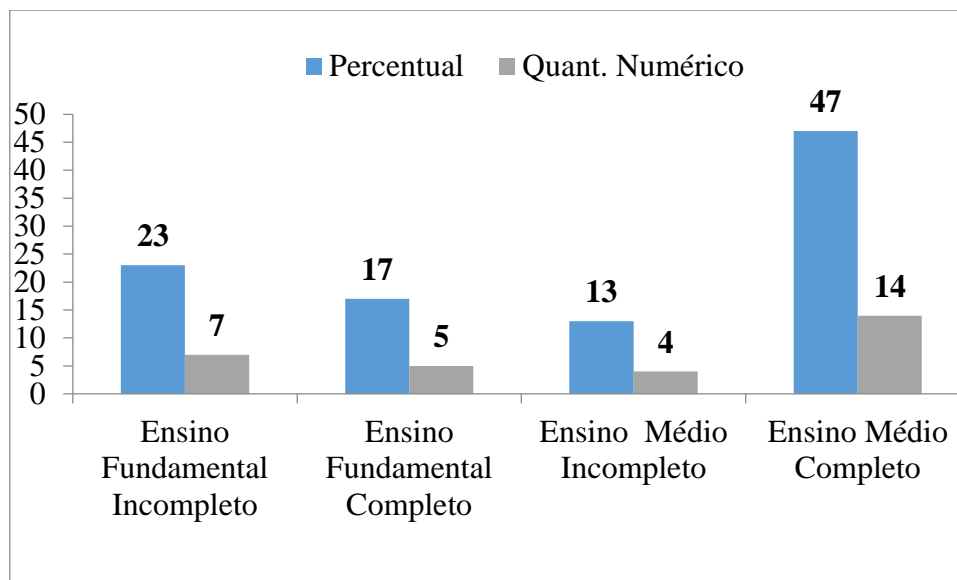
Tais dados revelam que o público feminino tem buscado uma maior escolarização e formação profissional em idade mais madura, muitas vezes por não terem condições de continuar seus estudos na idade regular, estas buscam superar suas realidades a partir de uma oportunidade como esta. Fatores como assumir sozinha a responsabilidade no cuidado dos filhos, falta de creches, não ter incentivo do companheiro, falta de motivação para continuar os estudos e entre outros motivos estão diretamente relacionados ao porquê de a mulher ter dificuldades no acesso à escolarização (CARLOTO; PROCÓPIO, 2004).

Diante disso, é cada vez mais necessário o estabelecimento de programas que fortaleçam a autonomia das mulheres, dando as mesmas condições dos homens elevarem sua escolaridade e assim poderem ter seu espaço no mercado de trabalho de forma digna e reconhecida.

Esta realidade vem demonstrando a lacuna histórica nas políticas educacionais direcionadas ao público de jovens e até de adultos, uma vez que são poucas as iniciativas para trazer esse público de volta aos bancos escolares, visto que a maioria dos investimentos e políticas públicas do Governo são voltadas para a educação básica. Por conta disso, a educação de jovens e adultos está marcada pela ausência de atendimento adequado no processo de elevação da escolaridade (PENA, 2013).

Foi com as mudanças das políticas educacionais inauguradas pós a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96, que o cenário atual da educação de jovens e adultos ganhou um novo enfoque, pois se configurou nas iniciativas do MEC a necessidade de se aliar a formação desses jovens e adultos à formação profissional. Desse modo, o programa Mulheres Mil tem atuado nesse viés de forma a contribuir para a melhoria dos índices de elevação de escolaridade de seu público em especial, seja através do incentivo às alunas a retornarem os seus estudos por meio da EJA da rede de ensino do estado e município, ou a partir dos cursos ofertados no instituto.

A pesquisa constatou ainda que das mulheres entrevistadas 7 delas (23%) ainda não concluíram o ensino fundamental, 5 (17%) possuem o ensino fundamental completo, 4 (13%) tem o ensino médio incompleto e 14 (47 %) concluíram o ensino médio, como descrito na Figura 13.



**Figura 13:** Grau de escolaridade das egressas (%).

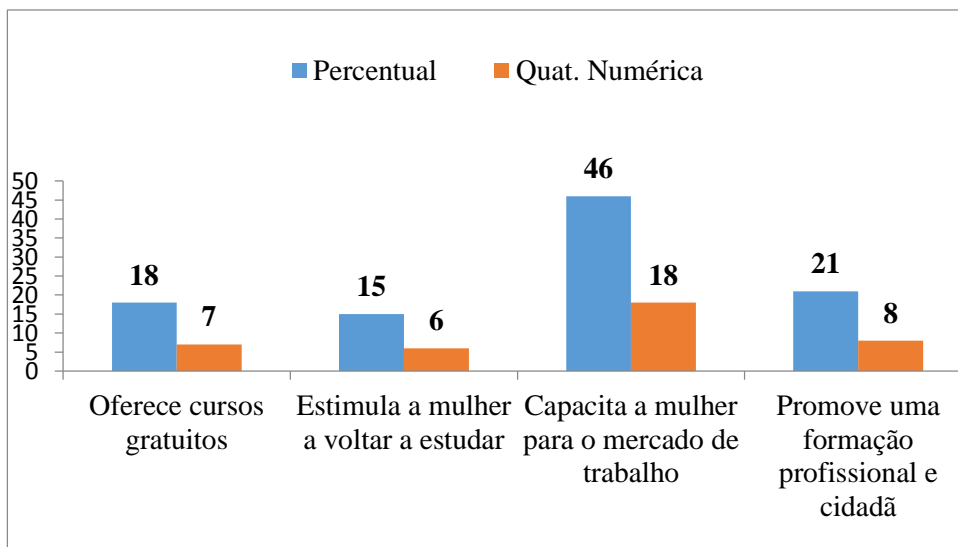
Fonte: Pesquisa - 2013

Como se vê mulheres de diferentes perfis de formação escolar procuram cada vez mais se qualificar para o mercado de trabalho para assim poder melhorarem as condições socioeconômicas de suas famílias.

O acesso e permanência na escola através de um curso de qualificação profissional têm contribuído para que a trajetória de vida dessas mulheres possam ter um novo começo. Ao buscar melhorar seu currículo profissional ou até mesmo retornar aos bancos escolares para conquistar a independência financeira, para muitas a educação tem sido um dos instrumentos de transformação social tão importante, pois além de possibilitar a ascensão social, também as tornam capazes de vindicar seus direitos de modo a exercerem sua cidadania de fato.

É possível perceber ainda que ao atender esse público com diferentes perfis educacionais, o projeto Edificando a Autonomia contribuiu para a consolidação dos objetivos do programa, no que se refere a atender a mulheres com baixa escolarização, estimulando-as também a buscarem a elevação de sua escolaridade, nas diversas modalidades de ensino que o IFAP oferece, fato já alcançado por muitas delas que ingressaram no PROEJA e estão fazendo o curso técnico em alimentos.

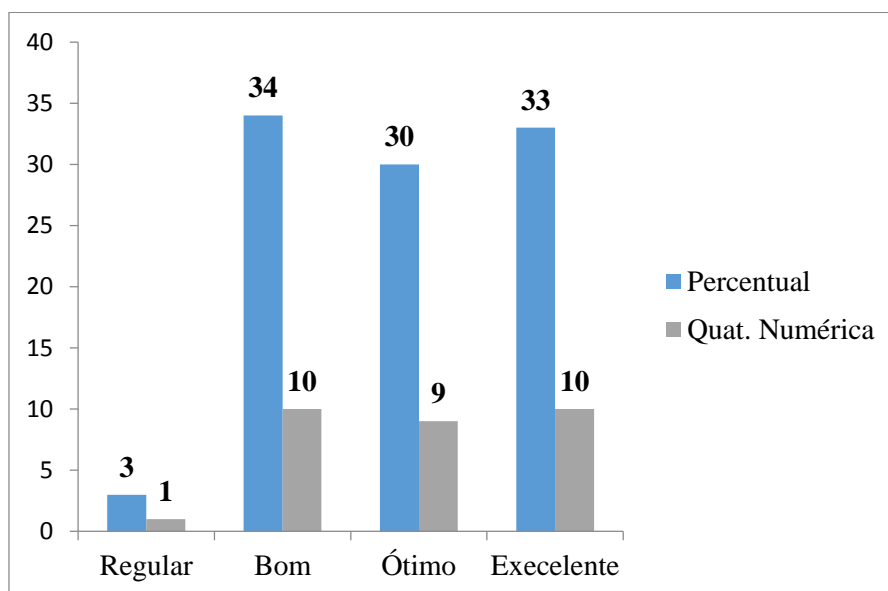
Quando questionado as egressas sobre a importância do programa, a maioria das entrevistadas considera que o objetivo do programa é capacitar a mulher para o mercado de trabalho. Conforme descrita na Figura 14, o indicador apresentado coaduna com o resultado do estudo de Alves (2006) ao referir que “os motivos que levam os jovens e adultos trabalhadores e trabalhadoras a buscarem cursos de elevação de escolaridade referem-se às suas expectativas de conseguir um emprego melhor, as coisas, expressar-se melhor, de ser gente e de não depender dos outros, logo, viver dignamente” (ALVES, 2006, p.52).



**Figura 14:** Importância do Programa Mulheres Mil para as egressas  
 Fonte: Pesquisa - 2013.

Para muitas delas ter uma oportunidade de se qualificar para o mercado de trabalho era o mais esperado, e assim o programa pôde oportunizar além da qualificação profissional, vários momentos de formação cidadã que eram voltados para encorajar a mulher a ir em busca de seus direitos, a elevar sua escolaridade, de cuidar de sua saúde e entre outros.

A maioria das participantes considerou o curso como Bom 34% (10), seguidos de Excelente 33% (10), Ótimo 30% (9) e Regular 3% (1) como apresenta a Figura 15.



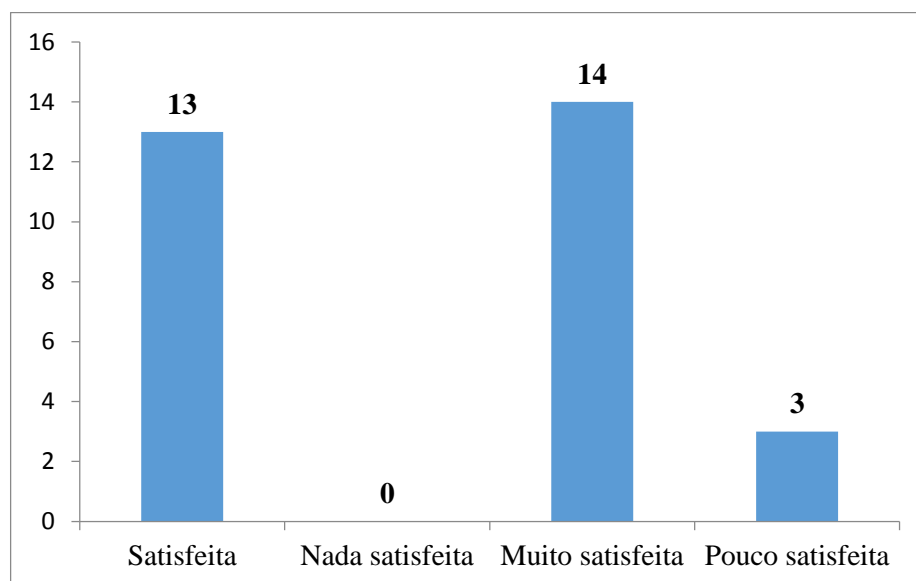
**Figura 15:** Avaliação do Programa Mulheres Mil pelas egressas do curso.  
 Fonte: Pesquisa -2013.

Considerando tais resultados pode-se inferir que as ações do programa no IFAP, campus Macapá, tiveram papel importante na formação das educandas. Tal resultado reflete o nível de qualidade da execução do curso, dos profissionais envolvidos, e do aprendizado adquirido pelas

participantes. E que mesmo diante das dificuldades encontradas para o andamento/continuação do curso tanto por parte da gestão local e como pelas alunas, foi possível obter resultados satisfatórios em termos de aprovação e mudança de vida das beneficiadas.

Outro ponto a considerar a partir dessa informação, de acordo com Rico (2009) é que as intervenções de caráter social causam muitos impactos positivos e/ou negativos na vida dos beneficiários, e isso interfere significativamente nos resultados de uma avaliação. Diante desse resultado, faz-se necessário que a prática avaliativa se constitua em uma das etapas da política do Mulheres Mil tanto a nível local como nacional, uma vez que é possível através dessa análise obter subsídios para possíveis reformulações na proposta do programa.

Paralelamente, observamos na Figura 16 que a maioria das egressas 47% (14) afirmaram estarem muito satisfeita por terem participado do programa, 43% (13) se sentem satisfeitas e 10% (3) pouco satisfeitas.



**Figura 16:** Níveis de satisfação de participar do Programa Mulheres Mil  
Fonte: Pesquisa - 2013.

Como se observa o grau de satisfação das egressas revela o quanto a proposta do programa contemplou suas expectativas. Isso também, foi perceptível durante o processo de formação destas no campus, quando elas referiam o prazer que tinham ao vestir a camisa de um programa federal, de ser aluna do IFAP. Demonstrando para a comunidade ifapiana e local a satisfação de estar numa instituição educacional de qualidade e de grande porte.

Com relação ao apoio dado durante o curso pelas famílias das egressas, a pesquisa constatou que das entrevistadas 29 alunas, afirmam que suas famílias estão satisfeitas com a sua participação, enquanto 1 (uma) não respondeu ao questionamento, pois deixou a opção em branco. Para as entrevistadas, suas famílias consideram que o programa trouxe a oportunidade que elas esperavam para poder voltar a estudar e entrar no mercado de trabalho, assim como aproximar os vínculos familiares, estabelecer objetivos de vida, sentimento de orgulho, como observamos na fala de algumas.

*Minha família acham que esse programa está transformando a vida de muitas*

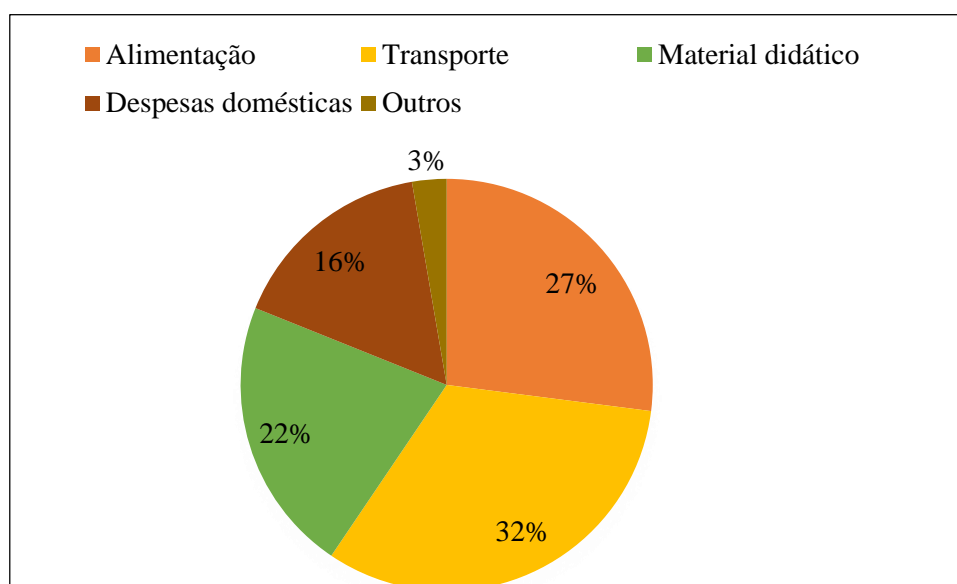


*mulheres para melhor ( Egressa 16 - 34 anos).*

*Um programa realmente mil, muito bom, prova de tudo isso é que eles estão muito orgulhoso porque estou estudando e trabalhando (Egressa 11 - 50 anos).*

*Uma oportunidade maravilhoras pra ampliar o conhecimento e concretiza objetivos ( Egressa 23 - 28 anos).*

A pesquisa também enfocou a utilização da bolsa auxílio pelas alunas do programa. A bolsa no valor mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais) era concedida durante os quatro meses de curso, a fim de garantir o acesso e a permanência das estudantes durante o período de aulas. Segundo os dados apresentados na Figura 17, a maioria das cursistas utilizaram o recurso para: Transporte, Alimentação e Material Didático, como instituído pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES regulamentado no Decreto nº 7.234/2010, tendo por um dos objetivos contribuir na redução das taxas de evasão.

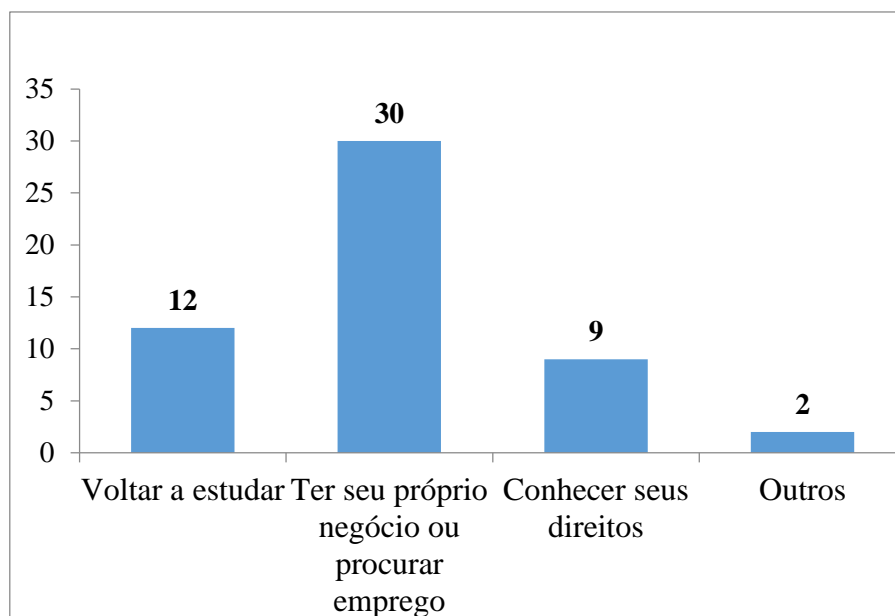


**Figura 17:** Utilização da bolsa auxílio

Fonte: Pesquisa - 2013.

E que no caso das mulheres atendidas pelo programa este auxílio cumpre além da garantia do acesso e permanência no curso, uma vez que dadas as condições socioeconômicas destas a vinda deste incentivo contribuiu ainda mais para o suprimento das necessidades materiais em seus lares, como muitas relataram que utilizaram o recurso para comprar remédios, pagar uma pessoa para “reparar” o filho, alimentação em casa entre outros.

A questão representada na figura 18 confirmam um dos objetivos do programa que é o de instrumentalizar a mulher para que esta possa ter condições de ser inserida no mercado de trabalho, ou então exercer sua prática profissional de forma autônoma. Por ordem de importância temos que a maioria das egressas afirmam que puderam ir em busca de ter seu próprio negócio através da prática empreendedora e também procurar emprego.



**Figura 18:** Incentivos do Programa Mulheres Mil na vida das egressas  
Fonte: Pesquisa - 2013.

Em seguida, afirmam que voltar a estudar foi um dos mais importantes incentivos, fato este apresentado em muitos depoimentos: *“Aprender a vencer obstáculos, a lutar por meus objetivos, voltei a estudar e estou muito feliz, só tenho a agradecer por terem me dado esta oportunidade”* (Egressa 7- 28 anos).

Em outro depoimento a seguir evidenciamos os dois eixos educação e trabalho como elemento chave na transformação de vidas. *“Primeira oportunidade foi o curso técnico em alimentos do Proeja, e depois outra oportunidade que foi o meu trabalho na empresa Direcional e essa foi a grande mundaça que aconteceu na minha vida”* (Egressa 11- 50 anos),

Como se vê o desejo de estudar e ter uma qualificação profissional para poder ingressar no mercado de trabalho foi o que motivou muitas mulheres a também ascenderem sua escolaridade, que no caso específico relatado pela Egressa 11 começou a se concretizar com o ingresso na primeira turma do curso técnico em Alimentos pelo PROEJA, na modalidade integrado para quem não tem o ensino médio e tenha idade a partir de 18 anos.

Cabe destacar que três alunas oriundas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato estão cursando essa modalidade. Além disso, outras egressas tiveram a oportunidade de participar de outros cursos pelo PRONATEC que foram iniciados no primeiro semestre de 2013.

O fato de estar no ambiente do IFAP e ter conhecimento dos cursos e incentivos educacionais para permanência e êxito do educando no curso fez com que muitas das egressas estimulassem seus filhos a também se prepararem para ingressar nos cursos do IFAP tanto na modalidade integrado como subsequente. E como resultado pode-se notar a presença maciça de filhos, parentes e pessoas da comunidade do entorno do campus Macapá sendo beneficiados por uma educação profissional gratuita.

Outro ponto não menos importante para o fortalecimento da luta das mulheres foi do incentivo que elas tiveram em conhecer seus direitos, principalmente com relação ao cenário de violência contra a mulher. Ao se trabalhar com a questão dos direitos, buscou-se através da realização de palestras e mesas de discussão com profissionais do direito (advogada e juiz) esclarecer as mulheres sobre essa temática tão atual e presente no cotidiano de muitas delas e que precisa ser debatida em todos os ambientes escolares e não escolares (Figura 19).



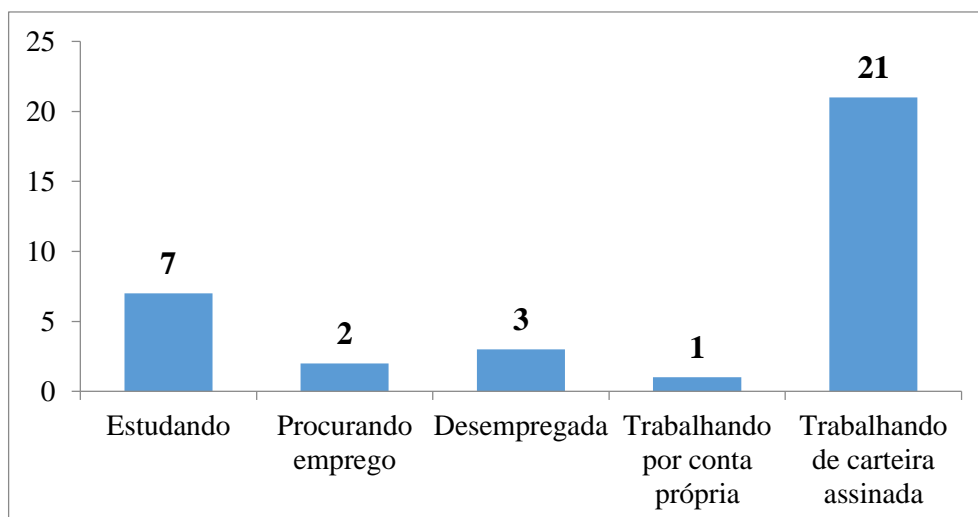
**Figura 19:** Realização de palestra sobre os direitos da mulher  
Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2012).

Ao instrumentalizar as mulheres com relação aos seus direitos, principalmente em conhecer a Lei Maria da Penha, que é uma das referências na formulação das políticas públicas de proteção à mulher, o programa, além de contribuir para o fortalecimento da rede de serviços de proteção à mulher oferecidos pelos órgãos municipais e estaduais, tornou-se um dos parceiros da rede.

Desse modo, foi possível atender as necessidades das mulheres com informação, acolhimento, aconselhamento psicológico, acesso aos direitos, a fim de promover seu empoderamento frente a questão da violência doméstica e intrafamiliar.

Incluiu-se também a temática dos direitos trabalhistas que foi apresentada por meio de palestra, nesta foi possível o esclarecimento das dúvidas e obtenção de novas informações sobre a relação empregado e empregador, direitos das empregadas domésticas e entre outros temas.

Os resultados apresentados representam muito dos avanços do programa que são expressos na realidade de vida das egressas que participaram do curso. Fazendo um paralelo das figuras (5,6 e 7) que mostram o perfil das participantes do curso, temos que somente 26% das alunas estavam com ocupação no mundo do trabalho e 74% sem ocupação. E após um ano de formação a realidade de muitas das egressas com relação ao mercado de trabalho foi de um resultado exitoso, posto que aproximadamente 65%, até o momento da pesquisa, estavam trabalhando de carteira assinada e 3 % trabalhando por conta própria, ou seja, 68% do universo pesquisado estavam inseridas em alguma atividade produtiva ( Figura 20).



**Figura 20:** Realidade de hoje das Mulheres

Fonte: Pesquisa - 2013.

No que tange aos resultados que foram evidenciados nas respostas as perguntas abertas contidas no questionário de pesquisa, é possível identificar os seguintes eixos temáticos que o Programa busca fomentar como: Valorização do seu papel na sociedade, produção, elevação da autoestima, fonte de renda para família, confiança, habilidades e formação do senso crítico.

O discurso das egressas nos remete ao desejo que estas têm de mudança, realização de sonhos e o quanto estas superaram suas limitações para poderem retornar aos estudos e assim começarem uma nova trajetória de vida.

*Por que além de me trazer um conhecimento mais profundo isso irá me beneficiar futuramente e será mais profissão para acrescentar em meu currículo (Egressa 19-41 anos)*

*Como de fato cursar uma faculdade fazer outros cursos ter uma relação familiar mais responsável. Ter uma alimentação mais saudável (Egressa 21- 35 anos).*

*Com a minha participação no programa descobri que posso vencer minhas dificuldades e também ir além do que posso imaginar. Pois este programa nos tras de volta pra vida (Egressa 27- 40 anos).*

As egressas responderam ainda o que significou o Mulheres Mil, e a maioria considerou que a proposta atendeu às suas necessidades e expectativas, como vemos no depoimento da Egressa 5:

*Foi um curso que me despertou para uma vida mais social, tive a oportunidade de participar de várias palestras de grande importância, me deu o privilégio de conhecer pessoas com uma instrução melhor. Enfim valeu a pena (Egressa 5- 29 anos).*

*Foi um chance de ter um bom emprego e de dar um futuro melhor para os meus filhos (Egressa 17- 31 anos).*

*As mulheres mil pra mim foi como um Sonho que me ajudou a conhecer a tecnologia, coisa que eu só pensava, hoje tenho habilidade no computador graças a esse programa (Egressa 27- 40 anos).*

*Foi uma experiencia ótima e hoje sei fazer uma planilha, sei fazer um convite isso e ótimo. (Egressa 22- 36 anos).*

A fala das Egressas 22 e 27 representam a realidade da maioria das mulheres que iniciaram o programa e nunca tiveram a oportunidade de ter acesso ao computador. Com as aulas de informática foi possível proporcionar às alunas o conhecimento desta ferramenta tão importante nos dias atuais e que tem contribuído para a integração do saber e a inclusão digital das participantes.

O aprendizado na área de informática para muitas é motivo de orgulho, pois além de contribuir para a ampliação da visão de mundo e da importância de ir em busca da informação por meio da internet, muitas delas ganharam mais autoconfiança no uso da ferramenta, bem como elevaram a sua autoestima.

### **5.2.2. Dos impactos do programa na vida pessoal e profissional das egressas**

Para as beneficiárias, a formação profissional que o Mulheres Mil proporcionou foi uma oportunidade única em suas vidas, uma vez que muitas delas se sentiram estimuladas a continuar estudando, já outras puderam ter seu primeiro acesso ao mercado de trabalho.

O discurso de algumas delas retrata o muito da mudança que houve em suas vidas, como podemos observar em:

*Comesei a trabalhar de carteira assinada, pois em todo os meus 40 anos de vida nunca tinha trabalhado de carteira assinada (Egressa 2 - 40 anos).*

*Aprendi a vencer os obstáculos, a lutar por meus objetivos, voltei a estudar e estou muito feliz, só tenho a agradecer por terem me dado esta oportunidade (Egressa 7-28 anos).*

*Através desse programa eu consegui o primeiro emprego então ouve uma mudanças na minha vida e da minha família (Egressa 29 - 33 anos).*

Pelos relatos percebemos que o retorno à escola, por meio de um curso de qualificação profissional, contribuiu para alguma transformação em suas vidas, seja através de mudanças com relação ao comportamento, à autoestima e à aquisição de conhecimento. Além disso, cabe destacar que a maior conquista para a maioria das participantes da pesquisa foi de poder ter espaço no mercado de trabalho após o curso realizado.

Os resultados quanto à empregabilidade que o Mulheres Mil alcançou referem-se às 30 egressas do programa que conquistaram emprego formal em uma empresa da construção civil que vem executando obras para o governo do Estado. Essa conquista foi fruto de muito empenho da gestão do programa e da Pró-reitoria de Extensão em firmar parceria com o Governo do Estado a fim de incluir as mulheres capacitadas pelo IFAP em canteiro de obras do governo.

É importante frisar que não se trata de um favor que o governo prestou ao IFAP em absorver a mão de obra formada pela instituição, mas sim um compromisso que este deve ter em fomentar a empregabilidade das mulheres nessa área da construção civil considerando o significativo aumento de grandes obras do governo federal que vem sendo realizadas no Estado, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida, os quais necessitam incorporar trabalhadores e trabalhadoras.

A partir dessa ação conjunta, entre Instituto Federal e Governo do Estado, foi possível atender as ações previstas pelo Programa Construindo autonomia na construção civil, cujos objetivos visam “contribuir com o desenvolvimento sustentável do país, com a geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento e valorização do trabalho da construção civil para as

mulheres” e “promover a inclusão social, o empoderamento e autonomia das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica e violência doméstica, ampliando as possibilidades de trabalho e renda”(BRASIL, 2010).

Como se vê os objetivos desse programa estão em consonância com os do Mulheres Mil, uma vez que ele busca propiciar mecanismos de inclusão no mercado de trabalho em áreas historicamente ocupadas por homens, de modo a contribuir para a redução das desigualdades e discriminação de gênero.

As novas empregadas foram contratadas em janeiro de 2013 como assistentes de pedreiro e em outras funções de construção civil em obra financiada pelo PAC, projeto implantado pelo governo federal em parceria com o Governo do Amapá e executado por empresa vencedora do processo licitatório. A obra trata-se da construção do conjunto habitacional Macapaba, localizado na rodovia BR-210 no bairro Brasil Novo na Zona Norte de Macapá-AP (Figura 21).



**Figura 21:** Inserção no mercado trabalho, 2013

Fonte: Acervo de fotos escritório de acesso do Programa Mulheres Mil (2013).

A formação profissional obtida no curso Assentamento de Cerâmica e Porcelanato foi fundamental para o ingresso no mundo do trabalho, visto que em situação anterior somente duas das alunas ingressantes tinham experiência no setor de construção civil, como auxiliar de carpintaria.

Outro fator que contribuiu para a inclusão das mulheres no mercado do trabalho foi às transformações do mundo do trabalho, principalmente no setor da construção civil, que passou a requerer uma grande demanda de profissionais na área, sendo que uma das maiores exigências é quanto ao perfil deste profissional, a saber, qualificado formalmente.

E na busca de suprir as necessidades do mercado, a mulher passa a ter a oportunidade de atuar neste ramo que anteriormente era ocupado pelos homens, pois se acreditava que àquela não tinha interesse por profissões oriundas da área de exatas, uma visão hoje já superada na academia.

Para isso, foi preciso romper com a idéia de que a mulher não tinha capacidade técnica para atuar na profissão, buscando assim conhecimento e desenvolvendo habilidades neste ramo tão promissor da sociedade. Cabe destacar que hoje seu espaço já vem sendo consolidado ao exercer funções desafiadoras como gerência de obras, planejamento urbano, entre outras que vêm sendo conquistadas com esforço e competência.

Quanto aos resultados de caráter subjetivo, como melhoria da autoestima, temos como resultados as entrevistas publicadas pelos veículos de comunicação de Macapá-AP e também nacionais, no caso o programa radiofônico “A voz do Brasil” que foi realizado com a participação das ex-alunas. Outra repercussão dada ao programa foi no *site* Agência Amapá de Notícias, reproduzido por jornais locais de Macapá-AP, no qual a assistente de pedreiro Maria das Graças Andrade da Silva, 49 anos, mãe de 7 filhos, declarou: "Quando terminei o curso no Ifap, imaginei que era apenas mais um. No entanto, agora tenho a certeza de que, pela primeira vez, depois de quase 50 anos de vida, vou ter a oportunidade de ganhar o meu próprio dinheiro”(CARNEIRO; GOMES; CONCEIÇÃO, 2013, p. 8).

Tais registros revelam o quanto é importante acreditar que a proposta educacional é um dos caminhos para a mudança de vidas, resultado este expresso nos depoimentos dessas mulheres, que reconhecerem o quanto foi além do que esperavam de um curso básico de qualificação profissional.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao oportunizar a mulher o acesso à escola permitindo a ela uma profissionalização, hoje, o Programa Nacional Mulheres Mil abriu um caminho de oportunidades antes inexistente ao público em situação de vulnerabilidade social. Por meio de uma qualificação básica em um centro especializado de formação profissional, o programa possibilitou que milhares de mulheres fossem inseridas socialmente em suas comunidades, no mundo do trabalho, assim como poder resgatar a autoestima.

Partindo dessa premissa, foi que o presente estudo buscou evidenciar a implantação do programa no Instituto Federal do Amapá, dando ênfase no campus Macapá, bem como identificar a partir dos resultados da pesquisa de que forma o mesmo contribuiu para mudanças de vidas das egressas do curso de assentamento de cerâmica e porcelanato, e de que forma elas avaliam a proposta do programa.

O resultado dessa discussão nos levou a compreender que, ao atender o público a que se destina, o programa cumpre além do papel educativo disposto em sua proposta, uma vez que se utiliza de pilares importantes e necessários para a formação integral do educando, que é o da garantia do acesso, permanência e êxito. Em outras palavras, ao oportunizar uma qualificação profissional de qualidade no IFAP, foi possível também aproximar a família, amigos, vizinhos, assim como o poder público e a sociedade civil organizada para conhecer de perto a proposta do programa e do instituto para a comunidade amapaense.

Por meio de uma atuação direta, foi possível estabelecer no processo de formação da educanda o atendimento diferenciado através de temáticas transversais como Saúde, Direitos, meio ambiente, cooperativismo, empreendedorismo, marketing pessoal e outras que visam o fortalecimento e emponderamento da mulher.

Nessa perspectiva, o Mulheres Mil no campus Macapá enquanto participante da política de qualificação profissional e de combate à fome, pode contribuir significativamente para o fortalecimento dos vínculos afetivos e crescimento da renda de muitas famílias.

Como observamos na pesquisa os impactos positivos que o programa possibilitou às participantes é resultado de todo um processo de formação inicial, acompanhamento pedagógico e de inclusão produtiva. Com a conquista do emprego, mostra-se que é possível romper com o processo de desvalorização e subordinação no mundo do trabalho, mostrando novas e mais igualitárias formas de convivência entre homens e mulheres.

Muito mais que um emprego a educação profissional, que trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, oportuniza a mulher uma atitude de mudança, uma vez que contribui para o fortalecimento de sua cidadania, instrumentalizando-a para alcançar um papel social mais relevante e atuante. E dessa forma, a mulher passa a ter condições de superar e trilhar novos horizontes com expectativa de melhorias de qualidade de vida para ela e sua família.

Considerar e provar que a mulher é capaz torna-se um resultado que não é expresso somente por um contrato na carteira de trabalho. Não é o emprego, definitivamente, a maior conquista das mulheres que alcançaram a profissionalização, mas este é para grande parte delas uma expressão de que todas, empregadas ou não, podem ir mais longe neste mundo do trabalho que um dia já foi monopólio dos homens.

Os resultados da pesquisa apontaram ainda que falta mais intervenção através da SETEC/MEC, órgão responsável pelo programa em nível nacional, no sentido do gerenciamento de forma mais sistemática das ações do programa em todo o país, a partir de metodologias de avaliação e inserindo também de forma mais precisa os indicadores de inclusão do programa e os resultados deste ao longo dos seus anos de execução. Um recurso até o momento não disponível em documentos oficiais do governo para fonte de pesquisa.



Diante do exposto, espera-se que este estudo tenha contribuído para o conhecimento da proposta do Mulheres Mil assim como, para o norteamento de outras pesquisas na área.

## 7. 7 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. In: Seminário Internacional América do Sul, África, Brasil: acordo e compromisso para a promoção da igualdade social e combate a todas as formas de discriminação. Brasília, mar. 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_25e.pdf](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_25e.pdf). Acesso em: 20 de mar.2013.
- ALVES, F. E. **Mulheres Trabalhadoras, Sim. Alunas por que não?** Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. 140 f.
- ALVES, S.C.D. et al. **Perspectiva e Desafios: O Programa Mulheres Mil no IFPB**. In: VII CONNEPI. Tocantins, out.2012.
- AMORIM, J.M de. **A mulher e a educação: da exclusão a ascensão, uma questão de gênero**. In: Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – cultura, leitura e representações. UFPB. 2009. Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/gt1/32.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2013
- AZEVEDO, N; FERREIRA, L.O. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940**. Cadernos Pagu, jul. a dez. de 2006.
- BANCO MUNDIAL. **A questão de gênero no Brasil**. Unidade de Gênero Departamento de Política Econômica e Redução de Pobreza. Região da América Latina e Caribe. RJ: CEPIA, 2003.
- BANDEIRA, L; **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL SPM, jan.2005.
- BARSTED, L.L; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011.
- BARSTERD, L.L. **Gênero e Desigualdades**. Disponível em: <http://www.cepia.org.br/doc/generoedesigualdades.pdf> Acesso em: 20/01/2014
- BRABO, T.S.A.M; COSTA, R.B. **Direitos Humanos, Cidadania e Gênero: Breves reflexões para a educação**. In: Dossiê: Democracia, Direitos Humanos e Educação.ORG & DEMO, Marília, v.9, n/12, p.57-74, jan/dez,2008.
- BRAGA, A.C.F. **Projeto Mulheres mil e Gênero: Comercialização das pequenas produções das mulheres o setor Santa Bárbara em Palmas – TO**. Dissertação de mestrado, UFRRJ, 2011.
- BRAGA, A. C. F; SANTOS, M. O. **Projeto Mulheres Mil e Gênero: Uma proposta de educação para a diversidade**. Anais Eletrônicos do XXVI Congresso de Educação do Sudoeste Goiano, novembro de 2011. Disponível em:<[revistas.jatai.ufg.br/index.php/acp/article/viewFile/1387/793](http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/acp/article/viewFile/1387/793)> Acesso em: 15/01/2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**.

BRASIL. IFAP – **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá** - Histórico da Instituição. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br>. Acesso em 29 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em 20 de jun. de 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria IFPA nº 38, de 19 de janeiro de 2010**. Comissão de Concurso Público.

\_\_\_\_\_. **Portarias IFAP de 25 de outubro de 2010**. Nomeação de cargos de direção.

\_\_\_\_\_. **Portaria MEC nº 1015, de 21 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional Mulheres Mil**. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br>. Acesso em 10 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres**. (Folder Informativo) Brasília: SPM, 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil**. (Folder Informativo) Brasília: SPM, 2010a.

BRUSCHINI, C.; COSTA, A de O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CARLOTO, C.M; PROCÓPIO, M.R. **Mulheres e Manutenção das Famílias Pobres: Uma questão de sobrevivência**. In: Revista *Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 1, n.1, Out. 2004 –ISSN–1807-698X. 22 p. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 15/06/2014.

CARVALHO, J.G. **Programa Mulheres Mil em Arraial do Cabo: extensão e inclusão com base na sustentabilidade**. Revista de Extensão Univasf. Extramuros. Vol.1. nº2, 2013.

CARNEIRO, A.A; GOMES, A. da S; CONCEIÇÃO, S.L. **Inserção no mercado de trabalho e mudança de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social: um estudo sobre os impactos do programa mulheres mil em Macapá-AP**. In: VIII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação - CONNEPI, Salvador, 2013.

CASTRO, M.G. **O Conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre**

impasses teóricos. Cad.CRH, Salvador, p. 80-105, 1992.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá, CONIF/IFMT, 2013.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

FERREIRA, F. H.G. e LEITE, P. G. **The EffectsofExpandingEducationontheDistributionof In come In Ceará: A Micro-simulation**, PUC,Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, R.C. et al. **Possibilidade de Inclusão social e acesso à educação através do Programa Mulheres Mil: uma realidade no campus Rio Paraíba do Sul – UPEA**, 2013.

FONTES, A; NEVES, M.G. **Gestão Municipal e Perspectiva de Gênero**. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro. v.40. n. 206, p.52-53.

FREITAS, R et al. **Famílias e Serviço Social: Algumas Reflexões para o Debate**. In: DUARTE, M.; ALENCAR, M. (Orgs.). **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FURTADO, Fetal. **Bem–Estar Subjetivo em participantes do programa mulheres mil, na cidade de Barbacena – MG**. HOLOS, Ano 28,vol4.2012.(178 – 187).

GALDINO. P. G et al. **Um olhar sobre o perfil socioeconômico e educacional das mulheres contempladas com o Programa Mulheres Mil do IFPB – Campus Campina Grande**. In:CONNEPI. Tocantins, out.2012.

GOMES, R. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, M.C de S.(Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25.Ed.Petrópolis:Vozes,2007.

GOMES, M.A; PEREIRA, M.L.D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Ciência e Saúde Coletiva, 2005.

HEILBORN, M. L; SORJ, B. “**Estudos de gênero no Brasil**”, in: MICELI,Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HÖFLING, E de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, vol.21.nº 55, Campinas, nov. 2001.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ- IFAP. **Edital Concurso para Técnico Administrativo do IFAP**. Disponível em:[http://concursos.ifpa.edu.br/arquivos/2010/IFAP\\_TEC\\_2010/EDITAL.pdf](http://concursos.ifpa.edu.br/arquivos/2010/IFAP_TEC_2010/EDITAL.pdf). Acesso em 20 de junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Edital Concurso Docente do IFAP**. Disponível em:[http://concursos.ifpa.edu.br/arquivos/2010/IFAP\\_PROF\\_PERM\\_2010/Edital2\\_Docente\\_IFAP.pdf](http://concursos.ifpa.edu.br/arquivos/2010/IFAP_PROF_PERM_2010/Edital2_Docente_IFAP.pdf). Acesso em 20 de jun. de 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto Edificando Autonomia:** Plano de trabalho do programa mulheres mil, Macapá. Out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Cidadania Digital:** Plano de trabalho do programa mulheres mil, Macapá, jul, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mulheres do Brasil Novo e Açaí receberão curso de qualificação profissional.** Disponível em: [http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=466:mulheres-do-brasil-novo-e-acai-receberao-curso-de-qualificacao-profissional](http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=466:mulheres-do-brasil-novo-e-acai-receberao-curso-de-qualificacao-profissional). Acesso em 21 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Alunas do Mulheres Mil iniciam aulas práticas no câmpus Macapá.** Disponível em: [http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=671:alunas-do-mulheres-mil-iniciam-aulas-praticas-no-campus-macapa&catid=1:ultimas](http://www.ifap.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=671:alunas-do-mulheres-mil-iniciam-aulas-praticas-no-campus-macapa&catid=1:ultimas). Acesso em 21 de jun. de 2012.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M de A. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos; 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

LEMOS, M. de O. **Elo Mulher:** Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas - uma experiência da Prefeitura de Santo André/SP. In: II Jornada internacional de Políticas Públicas Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania. UFMA. São Luiz, agosto de 2005.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. **A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233---249, jul./dez. 2008.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MANOEL, I. A. **Igreja e Educação Feminina (1859 – 1910)** uma face do conservadorismo, 1996. SILVA, M. P.; CARVALHO, C. H de. A mulher e a educação no contexto republicano: A profissionalização feminina no magistério primário. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo5/completos/mulher-e-edu.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MARIANO, S. A. **Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas:** Incluindo os Diferentes na Cidadania. In: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, a realizar-se no período de 08 a 11 de abril de 2003, em Florianópolis/SC. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/948-of7a-st3.pdf> Acesso em: 20/01/2014.

MARQUES, R. M; BARBOSA, E. C; HUTZ, A. **A Situação da Mulher na América Latina e no Caribe.** In: Revista Temporalis. Brasília ( DF), ano 10, n. 20, p. 197-220. jul./dez. 2010.

MAYNARD, M. **Centros de Ensino Superior canadenses e as política de acesso e inclusão.** Trad. Juliana & Rafael Voigt. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, vol. 4 , nº 1, p. 13-15. jul./dez. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Concepção e Diretrizes:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. PDE, junho de 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional Mulheres Mil: **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**, 2011. Mimeo.

MOURA, D.H. **Educação básica e educação profissional:** dualidade histórica e perspectivas de integração. CEFET-RN, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3317--Int.pdf>> Acesso em: 10 de fev. 2013.

MORAES, E. L. de. **Relações gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional.** Brasília: TEM, SPPE. DEQ, 2005.

NOBRE, M. et al. **Gênero e Agricultura Familiar**, Revista Cadernos Sempre Viva. 1998.

OLIVEIRA, A. C. M. de. **Economia doméstica:** origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. Vértices, v. 8, n.1/3, jan./dez.2006.

PENA, G. A. de C. **O Proeja no Contexto das Políticas públicas Atuais:** A Busca pelo Direito dos Jovens e Adultos à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_antteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss03\\_03.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss03_03.pdf). Acesso em: 20 de jul. de 2013

PITANGUY, J. **A questão de gênero no Brasil.** Banco Mundial. CEPIA 2003.

ROSEMBERG, F. **Educação formal, mulher e gênero no Brasil.** *Revistas Estudos Feministas*, vol. 9, nº 2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, 2001 p. 515-539. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>. Acesso em: 09 de fev. 2013.

SANTOS, M.A de P; FREITAS, C.C.G. **O programa Mulheres Mil no Brasil, ações para a inclusão social da mulher.** Congresso Internacional de Administração. 22 a 26 de setembro de 2014. Ponta Grossa, 2014.

SCOTT, J.W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SERRA, R. **A Política Pública de Emprego, Trabalho e renda no Brasil:** estrutura e questões. Rev. Pol.Públ. São Luiz, v.13, n.2, p. 245-254 jul/dez.2009.

SILVA, M.P; CARVALHO, C. H de. **A mulher e a educação no contexto republicano:** A profissionalização feminina no magistério primário. In: II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind nome/eixo5/completos/mulher-e-edu.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SILVEIRA, M.L. **Políticas Públicas de Gênero:** Impasses e Desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: Revista Presença de Mulher, ano XVI, n. 45, outubro/2003.

SOARES V. **Projeto Vila-Bairro: Impacto nas Relações de Gênero**. In: Governo Local e Desigualdades de Gênero. Estudos apresentados pela FGV-EASP, Hewlett, Fundação Ford e AGENDE. São Paulo, 2002

SOARES, L. **O desastre social**. Record, RJ. 2003.

SOARES, A.M.D. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?**. Dissertação de doutorado, UFRRJ, 2003.

STELA, R. (Org). **MULHERES MIL: do sonho à realidade**. Brasília. Ministério da Educação, 2011.

TEIXEIRA, S.M.F. **Assistência na previdência social uma política marginal**. In: SPOSATI, A de O. et al. Os direitos (dos desassistidos) sociais. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

XAVIER, A.C.G et al. **Concepções, Diretrizes e indicadores da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT**. In: Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica (CONIF). Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

## 8. ANEXOS

### ANEXO I UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO



### DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

#### APRESENTAÇÃO

PREZADA ALUNA,

Com o objetivo de recolher dados para a dissertação de conclusão do Mestrado em Educação Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ estou realizando essa pesquisa e gostaria que você respondesse de forma responsável e consciente sobre sua concepção a respeito do Programa Mulheres Mil no campus Macapá. Você não precisa assinar seu nome. Agradeço sua disposição em participar e responder ao questionário.

#### QUESTIONÁRIO N° \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

1 – Você acha o Programa Mulheres Mil importante por quê?

( ) Oferece cursos gratuitos ( ) Estimula a Mulher a voltar a estudar ( ) Capacita a mulher para o mercado de trabalho ( ) Promove uma formação profissional e cidadã

2 -Como você avalia as ações do Programa Mulheres Mil no campus Macapá?

( ) Regular ( ) Bom ( ) Sem opinião ( ) Ótimo ( ) Excelente

3- Como você se sente depois de participar do Programa Mulheres Mil?

( ) Satisfeita ( ) Muito Satisfeita ( ) Pouco Satisfeita ( ) Nada Satisfeita

4- O curso do qual você participou contemplou suas expectativas?

( ) Sim ( ) Não

5- O curso oferecido no Programa contribuiu para ampliar o seu nível de conhecimento?

( ) Sim ( ) Não

De que forma?

---

---

---

---



6- Você considera que após participar das atividades do programa houve mudanças em sua vida? ( ) Sim ( ) Não  
Quais?

---

---

---

---

---

7- Como você utilizou o auxílio estudantil que recebeu?

- ( ) Alimentação
- ( ) Despesas domésticas ( água, luz, telefone, etc)
- ( ) Moradia – aluguel
- ( ) Transporte
- ( ) Materiais Didáticos ( xérox, livros, apostilas, etc)
- ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

8- Sua família apoiou você durante o curso?

- ( ) sim ( ) não

9- O que sua família achou do Programa Mulheres Mil?

---

---

---

10- O Programa incentivou você a:

- ( ) Voltar a estudar ( ) Ter seu próprio negócio ou procurar emprego ( )  
outros: \_\_\_\_\_

---

11- Atualmente, você encontra-se:

- ( ) estudando ( ) procurando emprego ( ) trabalhando por conta própria  
( ) trabalhando de carteira assinada ( ) desempregada

12- O que foi o Mulheres Mil para você?

---

---

**ANEXO II**

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ASSENTAMENTO DE CERÂMICA E PORCELANATO**

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>			<b>C.H. TOTAL</b>
<b>BASE COMUM</b> 65 H	1	LÍNGUA PORTUGUESA	15
	2	MATEMÁTICA APLICADA	15
	3	ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS	10
	4	EMPREENDEDORISMO	10
	5	INFORMÁTICA BÁSICA	15
<b>PARTE TÉCNICA</b> 117 H	6	HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO	15
	7	FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.	20
	8	MATERIAIS DE ASSENTAMENTO E REVESTIMENTOS	20
	9	OPERAÇÕES DE ASSENTAMENTO	42
	10	PATOLOGIA DO REVESTIMENTO CERÂMICO	20
<b>PARTE DIVERSIFICADA</b> 18 H	11	PALESTRAS E OFICINAS – TEMAS TRANSVERSAIS	18
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>			200

**Fonte:** Plano de Trabalho (IFAP, 2011).